



CBAM E O PREÇO DO CARBONO NO COMÉRCIO GLOBAL

Nova regra da UE impõe custo de carbono e exige rastreabilidade nas exportações.
Por Alexandre Kelemen, **página 2**



SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES NA BOLSA DE VALORES

Setor combina dividendos, expansão e infraestrutura da economia digital.
Por Sandra Komeso **página 2**



Cesta de produtos da Páscoa cai 5,73% este ano

A mesa de Páscoa vai pesar menos no bolso do brasileiro pelo segundo ano seguido. Uma cesta de produtos alimentícios, que inclui os tradicionais chocolates e o bacalhau, vai custar 5,73% a menos do que há 12 meses. Em 2025, o recuo nos preços foi de 6,77%.

A constatação é de levantamento do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado às vésperas do domingo de Páscoa.

Para efeito de comparação, a inflação geral do consumidor, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor – Mensal (IPC-10) da FGV, marcou alta de 3,18% no período de abril de 2025 a março de 2026.

No entanto, olhando de forma isolada, alguns produtos sobem mais que a inflação geral: Inflação geral: 3,18%, Bombons e chocolates: 16,71%, Bacalhau: 9,9%, Sardinha em conserva: 8,84% e Atum: 6,41%.

Entre os itens que ajudaram a inflação da Páscoa ficar negativa figuram: Arroz: -26,11%, Ovos de galinha: -14,56% e Azeite: -23,20%. Os pescados frescos subiram 1,74%; e os vinhos, 0,73%.

Nas últimas quatro Páscoa, duas foram de inflação positiva e duas de deflação (queda média de preços), quando comparadas ao ano anterior.

2026: -5,73%; 2025: -6,77%; 2024: 16,73%; 2023: 13,16%.

De acordo com o economista Matheus Dias, do Ibre/FGV, a variação acumulada dos preços de Páscoa nos últimos quatro anos foi de 15,37%. Essa alta ficou abaixo da inflação geral ao consumidor, calculada pelo IPC-10, que marcou 16,53% de abril de 2022 a março de 2026.

Nesse período, bombons e chocolates ficaram 49,26% mais caros. O bacalhau subiu 31,21%; o atum, 38,98%, e o azeite, 34,74%.

Viram o preço cair a batata inglesa (-16,02%) e a cebola (-15,44%).

Matheus Dias destaca que os repasses de quedas provenientes de melhoras na produção agrícola são mais complexos e apresentam defasagens mais longas em produtos industrializados.

Brasil pode ser autossuficiente em diesel em até 5 anos

Atualmente país importa cerca de 30% do consumo

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou nesta quarta-feira que a empresa estuda a possibilidade de fazer o país ser autossuficiente na produção de óleo diesel dentro de cinco anos.

O combustível enfrenta uma escalada recente de preço global por causa da guerra no Irã. Atualmente o Brasil precisa importar cerca de 30% do óleo diesel consumido no país, um derivado do petróleo utilizado por caminhões, ônibus e tratores.

Chambriard explicou que o plano de negócios da companhia tinha como objetivo o “ideal” de chegar a 80% da demanda, com expansão de cerca de 300 mil barris de diesel por dia em cinco anos. “Estamos reven-endo esse plano e nos perguntando se podemos chegar a 100% em cinco anos”, afirmou ela, durante um

evento sobre energia promovido pela rede de TV CNN Brasil, em São Paulo.

“Muito provavelmente, porque a Petrobras adora desafios, quem sabe a gente chega com a possibilidade de ter um novo plano de negócios capaz de entregar a autossuficiência do Brasil em diesel”, completou.

O plano de negócios da companhia começará a ser discutido em maio, segundo adiantou a presidente da estatal. A divulgação costuma ser em novembro.

De acordo com Magda Chambriard, a expansão da produção de diesel pela Petrobras pode ser alcançada com uma série de ações já em curso.

Uma delas é a expansão da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Ipojuca, região metropolitana do Recife. Magda explicou que a re-

finaria foi projetada para entregar 230 mil barris de diesel por dia, mas com ampliações e renovações chegará a 300 mil barris diários.

Outro ponto de ação é o aumento de produção de Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro, que, associada ao Complexo de Energias Boaventura (antigo Comperj), terá a capacidade atual de 240 mil barris por dia alçada para cerca de 350 mil.

A presidente da Petrobras informou que a busca por mais produção está sendo feita em todas as refinarias da empresa. Ela citou que, nas quatro localizadas em São Paulo, estão sendo feitas adaptações nas plantas para reduzir a produção de óleo combustível (usado em fornos, caldeiras e motores de turbinas de termelétricas) e priorizar a entrega de diesel.

Páginas 3 e 20



EUA: 62 mil empregos em março, número abaixo ao de fevereiro

O setor privado dos EUA criou 62 mil empregos em março, seguindo uma tendência semelhante à do mês de fevereiro, quando registrou um recorde desde julho de 2025 com 66 mil empregos a mais – após a revisão descrita neste novo relatório -, conforme divulgado nesta quarta-feira pela consultoria ADP.

Tanto o setor de produção de bens quanto o de prestação de serviços seguiram uma tendência semelhante, com um crescimento de 30 mil e 32 mil, respectivamente.

Destaca-se a criação de empregos na construção civil, que gerou 30 mil postos de trabalho, em contraste com a perda de 11 mil empregos registrada pelo setor. Por sua vez, o setor de extração

de recursos naturais e mineração registrou um aumento de 11 mil contratos assinados.

Na prestação de serviços, o ranking foi liderado pelo setor de educação e serviços de saúde, com 58 mil empregos a mais, e na última posição ficou o setor de comércio, transporte e serviços públicos, com um saldo negativo de 58 mil pessoas a menos trabalhando.

Da mesma forma, aumentaram os dados de emprego na área de serviços de informação (16 mil), atividades financeiras (4 mil), lazer e hotelaria (7 mil), serviços profissionais e empresariais (1 mil) e outros serviços (4 mil).

As pequenas empresas apresentaram ótimo desempenho no mercado de trabalho, com 85 mil novas contratações; enquanto as

médias e grandes empresas eliminaram 20 mil e 4 mil postos de trabalho, respectivamente.

A distribuição geográfica das estatísticas de emprego refletiu uma diferença significativa entre o sul do país, com a criação de 101 mil empregos, e o oeste, com mais 16 mil empregos, e o nordeste, com uma perda de 29 mil postos de trabalho, e o meio-oeste, com 26 mil a menos.

Salários cresceram 4,5% – Os salários dos trabalhadores aumentaram 4,5% em relação ao ano anterior em março, um reajuste salarial que se repete pelo terceiro mês consecutivo. No caso daqueles que mudaram de emprego, o aumento salarial ficou em 6,6% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Lula: guerra contra o Irã é baseada em mentira

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou nesta quarta-feira a guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã, classificando o conflito como “desnecessário”. Lula disse ainda que é “mentirosa” a justificativa usada pelos dois países sobre o desenvolvimento de armas nucleares por parte da nação persa. “Os Estados Unidos da América do Norte se meteram a fazer uma guerra desnecessária no Irã, alegando que, no Irã, tinha arma nuclear ou que estavam tentando fazer arma nuclear. É mentira”.

“Eu digo que é mentira porque eu fui, em 2010, ao Irã, fazer um acordo. E fizemos um acordo que, depois, os EUA não aceitaram nem a União Europeia. Fizemos um acordo para que o Irã pudesse enriquecer o urânio com os mesmos métodos que o Brasil, porque, aqui, nossa Constituição diz que a gente só pode utilizar para fins pacíficos”, afirmou o presidente em Fortaleza, durante entrevista ao vivo à TV Cidade.

Lula fez menção ao último ano de seu segundo mandato, quando, durante uma visita oficial ao Irã, costurou um acordo sobre enriquecimento de urânio para fins energéticos e não militares. O acordo acabou fracassando pela falta de apoio do governo dos EUA, comandado na época por Barack Obama.

“Não tem arma nuclear lá. Ou seja, se tem uma divergência política entre Israel, Estados Unidos e Irã não precisava terminar em guerra. Eles achavam que tinham acabado a guerra porque mataram o Khomeini. Não acabaram a guerra. O Irã é um país com quase 100 milhões de habitantes e uma cultura milenar”, acrescentou o presidente.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,1957
Dólar Turismo	R\$ 5,3917
Euro	R\$ 6,0045
Iuan	R\$ 0,7588
Ouro (gr)	R\$ 783,72

ÍNDICES

IGP-M	0,52% (março)
	-0,73% (fevereiro)
IPCA-E	
	RJ (setembro) 0,55%
	SP (setembro) 0,60%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

Telecom na bolsa de valores

Por Sandra Komeso

O setor de telecomunicações no Brasil vive uma transição silenciosa, mas estrutural. De um segmento historicamente associado à telefonia e serviços básicos, passou a ocupar um papel central na economia digital sustentando desde o avanço do 5G até a expansão da fibra óptica e das soluções corporativas. Para o investidor, isso se traduz em um setor híbrido: parte defensivo, parte crescimento, com diferentes teses convivendo dentro da própria bolsa.

Hoje, o mercado listado na B3 é relativamente concentrado, mas bastante diverso em modelo de negócio e porte. No topo estão Telefônica Brasil (Vivo) e

TIM Brasil, empresas de grande capitalização, forte geração de caixa e liderança no segmento móvel. A Vivo mantém a maior base de clientes e receita do setor, com posicionamento consolidado em serviços digitais e fibra, enquanto a TIM tem se destacado pela eficiência operacional, crescimento de lucro e avanço no pós-pago e 5G. Essas duas companhias representam o “núcleo defensivo” do setor: receitas recorrentes, margens elevadas e forte distribuição de dividendos. Em termos de escala, estão muito à frente das demais listadas, com estruturas nacionais e presença consolidada em todos os segmentos relevantes.

Na segunda linha aparecem as empresas de fibra regional, como Brisanet,

Desktop e Unifique. Essas companhias têm porte significativamente menor, mas crescem em ritmo mais acelerado, impulsionadas pela expansão da banda larga em regiões ainda pouco atendidas. O modelo é intensivo em capital e focado em ganho de base de clientes, o que implica margens mais pressionadas no curto prazo, mas potencial relevante de valorização no longo prazo.

Nesse contexto, temos também a Padtec, que ocupa uma posição distinta dentro do setor. Diferente das operadoras, a empresa atua na infraestrutura tecnológica desenvolvendo e fornecendo equipamentos e soluções para redes ópticas, essenciais para o funcionamento da internet de alta capacidade. Trata-se, portanto, de uma empresa mais próxima do segmento

de tecnologia do que de telecom tradicional.

Entre dividendos, crescimento e a infraestrutura invisível da nova economia

A Padtec é significativamente menor em tamanho quando comparada às operadoras, mas sua relevância estratégica é elevada. A expansão do 5G, o crescimento do tráfego de dados e a interiorização da fibra aumentam a demanda por soluções de transporte óptico, área em que a companhia atua. Ao mesmo tempo, seu perfil é mais cíclico e dependente de investimentos das próprias teles, o que traz maior volatilidade de resultados.

Os números recentes reforçam essa divisão clara no

setor. Enquanto a Telefônica Brasil mantém crescimento consistente e geração robusta de caixa, e a TIM apresenta forte expansão de lucro e margens, as empresas de fibra continuam focadas em crescimento de receita e base, ainda em fase de maturação. Já a Padtec oscila mais, refletindo o ciclo de investimentos em infraestrutura, mas se beneficia diretamente da tendência estrutural de aumento do tráfego de dados.

Do ponto de vista de mercado, o setor pode ser dividido em três blocos bem definidos: grandes operadoras (escala e dividendos), provedores regionais (crescimento) e fornecedores de tecnologia (infraestrutura crítica). Cada um responde de forma diferente ao ciclo econômico e às decisões de investimento.

Entre os principais riscos

estão o alto nível de capex exigido para expansão de redes, a competição crescente no segmento de fibra e o ambiente regulatório. Por outro lado, o avanço do 5G, a digitalização da economia e o aumento exponencial do consumo de dados criam uma base sólida de crescimento estrutural.

Para o investidor, a leitura é clara: o setor de telecom no Brasil deixou de ser homogêneo. Hoje, ele oferece desde ativos mais previsíveis e geradores de renda, como Telefônica Brasil e TIM, até teses mais arrojadas de crescimento, como Brisanet e Unifique, além de exposições indiretas à infraestrutura digital, como a Padtec.

Sandra Peres Komeso é diretora de Relações com Empresas na Apimec Brasil

CBAM e o novo custo invisível do comércio internacional

Por Alexandre Kelemen

O comércio internacional sempre foi regido por tarifas, barreiras técnicas e acordos multilaterais. Agora, uma nova variável começa a influenciar diretamente a competitividade das exportações: o carbono incorporado nos produtos. O Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira da União Europeia — o CBAM (Carbon Border Adjustment Mechanism) — foi instituído pelo Regulamento (UE) 2023/956, aprovado em maio de 2023 como parte do pacote climático europeu Fit for 55, que pretende reduzir em 55% as emissões de gases de efeito estufa do bloco até 2030 em relação aos níveis de 1990.

Na prática, o CBAM cria um sistema de precificação de carbono para produtos importados, equiparando o custo ambiental pago por produtores estrangeiros ao que já é exigido das indústrias europeias pelo EU Emissions Trading System

(ETS) — o mercado de carbono da União Europeia, responsável por regular cerca de 40% das emissões do bloco.

O mecanismo já está em vigor. Desde 1º de outubro de 2023, iniciou-se uma fase transitória que se estendeu até 31 de dezembro de 2025, período em que importadores europeus tiveram de reportar trimestralmente as emissões de carbono incorporadas nos produtos importados. Nesse estágio inicial, não houve cobrança financeira — o objetivo foi construir bases de dados e padronizar metodologias de mensuração de emissões.

A partir de 1º de janeiro de 2026, começou a fase definitiva do CBAM. Importadores na União Europeia têm que adquirir certificados CBAM correspondentes às emissões associadas à produção dos bens importados. Esses certificados refletem o preço do carbono praticado no mercado europeu, que nos últimos anos tem oscilado em torno de

€70 a €90 por tonelada de CO.

O mecanismo se aplica inicialmente a seis setores intensivos em carbono: cimento, ferro e aço, alumínio, fertilizantes, eletricidade e hidrogênio. Esses segmentos foram escolhidos porque apresentam alto risco de “carbon leakage” — a transferência de produção industrial para países com regulações climáticas mais brandas. Ao impor um custo equivalente ao carbono embutido nas importações, a União Europeia busca evitar que empresas simplesmente desloquem sua produção para fora do bloco para escapar das políticas climáticas.

Mesmo com escopo inicial relativamente concentrado, o alcance econômico do CBAM é relevante. Estimativas indicam que o mecanismo afetará mais de 300 tipos de produtos industriais, representando cerca de 3% de todas as importações da União Europeia.

No caso brasileiro, o impacto direto pode parecer

limitado à primeira vista. Estudos sugerem que menos de 6% das exportações brasileiras totais estão atualmente dentro do escopo direto do CBAM. Ainda assim, setores como siderurgia e alumínio já analisam possíveis impactos competitivos — com estimativas de aumento de custos superiores a 10% em determinados produtos intensivos em energia, dependendo da intensidade de carbono da produção.

O desafio, porém, vai muito além da eventual cobrança financeira. A principal mudança introduzida pelo CBAM está na exigência de dados verificáveis sobre emissões industriais. Importadores europeus passam a depender de informações detalhadas de seus fornecedores — muitas vezes distribuídos em cadeias produtivas globais complexas — para calcular o carbono incorporado nos produtos. Se essas informações não forem fornecidas, a legislação europeia permite o uso de valores padrão de emissões, geralmente

mais altos, o que pode aumentar artificialmente o custo de carbono aplicado à importação.

Essa exigência cria uma nova dimensão de risco regulatório para exportadores. Empresas que tradicionalmente competiam apenas por preço, escala e eficiência logística passam a precisar também de governança de dados ambientais, rastreabilidade e metodologias de mensuração compatíveis com padrões internacionais.

Além disso, o CBAM deve evoluir rapidamente. A União Europeia já discute a ampliação do mecanismo para produtos manufaturados downstream, como componentes industriais e bens intermediários, o que poderia ampliar significativamente o volume de comércio impactado.

Nesse cenário, a pergunta central deixa de ser se o carbono influirá no comércio internacional. Isso já está acontecendo. A verdadeira questão é quais empresas estarão preparadas para

operar em um ambiente em que competitividade industrial será medida não apenas em custo por tonelada produzida, mas também em emissões por tonelada exportada.

O CBAM não é apenas uma nova regra comercial europeia. Ele representa o início de uma nova fase da globalização, em que política climática e comércio exterior passam a caminhar definitivamente lado a lado.

Alexandre Kelemen é cofundador e diretor de operações da Mangue Tech, plataforma tecnológica especializada em gestão de dados ESG e emissões de carbono. Com trajetória nas áreas de finanças, relações com investidores e sustentabilidade, já liderou iniciativas de ESG e governança em grandes empresas brasileiras e participou de processos de abertura de capital. É mestre em sustentabilidade pela FGV e membro do grupo técnico de Escopo 3 do GHG Protocol, atuando em iniciativas relacionadas à agenda climática e à atuação do Brasil na Conferência do Clima da ONU (COP).

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitor.interpress@hipernetecom.com.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Mulheres são maioria na abertura de pequenos negócios

De acordo com levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, com base em dados da Receita Federal, mais de 2 milhões de pequenos negócios abertos no período foram liderados por mulheres, o equivalente a cerca de 42% do total. O número representa um crescimento expressivo em relação ao ano anterior, com mais de 320 mil novas empresas femininas. No total, o país registrou 4,96 milhões de novos microempreendedores individuais (MEIs) e micro e pequenas empresas (MPEs), que correspondem a 96% de todos os negócios abertos no Brasil.

Entre eles, a maior presença feminina está entre as microempreendedoras individuais, que somaram 1,6 milhão de novos CNPJs, também cerca de 42% do total de MEIs. Já nas microempresas e empresas de pequeno porte, as mulheres representaram 39% das aberturas. Apesar do avanço, os dados indicam que a participação feminina ainda diminui à medida que o porte das empresas cresce, evidenciando desafios relacionados à expansão e consolidação dos negócios liderados por mulheres.

No recorte por setores, a indústria apresentou a maior participação feminina na abertura de empresas em 2025, com 45% dos novos negócios sob liderança de mulheres. Em seguida aparecem os setores de serviços, com 44%, e comércio, com 43%, enquanto a construção civil segue com menor presença feminina, com apenas 11%.

Regionalmente, o protagonismo feminino no empreendedorismo se distribui por todo o país, com

destaque para o Sudeste e o Sul. O Rio de Janeiro lidera o ranking nacional, com 44,3% das empresas abertas por mulheres, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 42,9%, e São Paulo, com 42,8%.

Na média nacional, a participação feminina na abertura de pequenos negócios ficou em 41,7%. Estados como Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo também aparecem próximos ou acima da média, reforçando a força do empreendedorismo feminino nessas regiões.

No último dia 17, a Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, o requerimento de urgência para votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2021. O projeto prevê o aumento do teto de faturamento dos MEIs para R\$ 130 mil e do limite de contratação de um para dois funcionários.

O Brasil bateu um recorde na criação de empresas em 2025: 5,1 milhões de empreendimentos foram abertos, segundo a emissão de cartão CNPJ da Receita Federal. Desse total, cerca de 3,8 milhões eram MEIs.

Caso seja mantido o texto proposto pelo Senado, o projeto segue para sanção presidencial. Se houver mudanças, o projeto volta ao Senado para nova apreciação. O limite do faturamento dos MEI está defasado desde 2018.

Com a aprovação, novas empresas poderão ser enquadradas no regime, o que permitirá maior adesão de pequenos negócios ao Simples Nacional. Isso permitirá que microempreendedores já registrados possam expandir suas operações sem o receio imediato de desenquadramento ao emitir suas notas fiscais.

Plataforma reunirá dados de operações de crédito

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) lançam hoje, em Brasília, o Observatório do Crédito para o Desenvolvimento (OCD). A plataforma reunirá e tornará públicos dados de recursos do crédito direcionado no país, a fim de permitir a análise dos impactos na economia e no desenvolvimento, além da elaboração de políticas públicas.

De acordo com o Banco Central, o crédito direcionado refere-se a operações regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculadas a recursos orçamentários

destinados, basicamente, à produção e ao investimento de médio e longo prazos aos setores imobiliário, rural e de infraestrutura. As fontes de recursos são as parcelas das captações de depósitos à vista e da caderneta de poupança, além de fundos e programas públicos.

“Com o observatório, será possível avaliar impactos importantes do crédito, como a geração de emprego e renda, e até mesmo a redução nas emissões de gases de efeito estufa. Além disso, vai promover o debate técnico-científico de alto nível, fundamentado em dados”, explica o diretor de Planejamento e Relações Institucionais do BNDES, Nelson Barbosa.

Produção de petróleo e gás natural bate recorde em fevereiro

Campos operados pela Petrobras produziram quase 90% do total

A produção de petróleo e gás natural no país bateu recorde em fevereiro de 2026, segundo balanço divulgado nesta quarta-feira pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Foram produzidos 5,304 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d), medida que abrange tanto o petróleo quanto o gás natural. O recorde anterior foi registrado em outubro de 2025, com 5,255 milhões de boe/d.

Considerando apenas o petróleo, foram extraídos 4,061 milhões de barris por

dia (bbl/d) — uma variação positiva de 2,7% na comparação com o mês anterior e um aumento de 16,4% em relação ao mesmo mês de 2025.

Já a produção de gás natural em fevereiro foi de 197,63 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d). Nesse caso, houve crescimento de 2,3% frente a janeiro, e de 24,5% na comparação com fevereiro de 2025.

A produção foi obtida em 6.079 poços, sendo 582 marítimos e 5.497 terrestres. Os campos marítimos produziram 98% do petróleo e 87,8% do gás natural

Braskem estuda ir à Justiça ou declarar falência

Braskem está considerando recorrer à Justiça para obter proteção contra seus credores ou, inclusive, declarar-se diretamente falida, segundo informou a Bloomberg, citando fontes a par do assunto. De acordo com as informações, ainda não foi tomada nenhuma decisão definitiva e a empresa poderia optar por outras alternativas. No entanto, a Braskem foi afetada pela fraqueza do mercado, pela Lava Jato e pelas indenizações decorrentes do afundamento do solo em Maceió, causado pela extração de sal.

Por outro lado, sua subsidiária mexicana, a Braskem Idesa SAPI, tem mantido conversações com seus credores para obter financia-

mento com o objetivo de superar um possível processo de falência nos EUA ao abrigo do Capítulo 11. Em seus últimos resultados anuais, a Braskem informou prejuízos de R\$ 9,879 bilhões em 2025, enquanto a receita líquida foi de R\$ 70,717 bilhões, uma queda de 8,6%.

Somente no quarto trimestre, os prejuízos cresceram 82,1%, chegando a R\$ 10,284 bilhões, e o faturamento caiu para R\$ 16,101 bilhões, uma queda de 15,9%. A empresa registrou Ebitda recorrente de R\$ 589 milhões no quarto trimestre de 2025. O resultado é menor do que o registrado no terceiro trimestre do ano passado, principalmente em função da continuidade do

do país. Os campos operados pela Petrobras, sozinha ou em consórcio com outras empresas, foram responsáveis por 89,46% do total produzido.

Pré-sal

Segundo a Agência Brasil, o pré-sal respondeu por 80,2% da produção brasileira, com um total de 4,243 milhões de boe/d em fevereiro. Houve crescimento de 2,3% em relação ao mês anterior e de 20,1% na comparação com o mesmo mês de 2025. Foram extraídos 3,264 milhões de bbl/d de petróleo e 155,56

milhões de m³/d de gás natural de 181 poços no pré-sal.

O Campo de Tupi, na Bahia de Santos, foi o maior produtor do país tanto para o petróleo quanto para o gás natural, com 865,98 mil barris por dia e 42,87 milhões de m³/d. Já as instalações com as maiores produções foram o navio-plataforma FPSO Almirante Tamandaré, no Campo de Búzios, para o petróleo, com 197.903 bbl/d; e o navio-plataforma Marechal Duque de Caxias, no campo de Mero, para o gás natural, com 12,37 milhões de m³/d.

ciclo de baixa prolongada da indústria global.

Ao final do trimestre, a dívida bruta corporativa totalizou R\$ 48.504 milhões, com posição de caixa de R\$ 10.836 mil, considerando a linha stand-by de R\$ 5.160 milhões com vencimento em dezembro de 2026. A alavancagem corporativa ficou em 14,74x, sendo impactada pelo menor Ebitda registrado no ano.

No quarto trimestre de 2025, o segmento Brasil e América do Sul apresentou taxa média de utilização das centrais petroquímicas de 59%, menor em 6 pontos percentuais, frente ao trimestre anterior, impactada principalmente pela parada programada na planta da Bahia e pela adequação da produção à sazonalidade do

período. As vendas de resinas no mercado brasileiro foram menores em 6% em função, principalmente, da menor demanda do mercado no período dada a sazonalidade.

Segundo informações da Europa Press, nos EUA e na Europa, a taxa de utilização caiu 8 pontos percentuais, devido às paradas programadas nas unidades europeias e à otimização dos estoques nas duas regiões. No México, a taxa de utilização foi de 85% no quarto trimestre de 2025, maior em 38 pontos percentuais em relação ao terceiro trimestre do mesmo ano, em função da normalização operacional após a parada geral de manutenção finalizada em julho de 2025, e impulsionada pelo maior fornecimento de etano importado.



FECHAMENTO DE PUBLICIDADE
2 de abril (quinta-feira) até as 18h.
DATAS DE CAPA
3, 4, 5 e 6 de abril de 2026 Edição única

E-mail: publicidade@monitormercantil.com.br / Tel.: (21) 3849-6444

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444

JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ 33.035.536/0001-00 | NIRE 33.3.0010391-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da JOÃO FORTES ENGENHARIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“Companhia”) para se reunirem às 10:00 horas do dia 30 de abril de 2026 em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) a se realizar, em primeira convocação, na sede social da Companhia na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 3.443, Bloco 3, Loja 108, Barra da Tijuca, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Aprovar as contas dos Administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; (ii) Aprovar a destinação do resultado do exercício social findo em 31.12.2025; (iii) Fixar o número de membros que irá compor o Conselho de Administração da Companhia; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores para o exercício social de 2026; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (vi) Aprovar a adesão da Companhia ao Regime Facilitação do Acesso a Capital e de Incentivos a Listagens – FÁCIL, nos termos da Resolução CVM n.º 232/2025; (vii) Consignar o aumento de capital aprovado em 01.07.2025 por meio de Reunião do Conselho de Administração da Companhia (“Aumento de Capital”); (viii) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista as deliberações do Aumento de Capital. Os documentos referentes às matérias da ordem do dia contendo as demonstrações financeiras, o relatório da administração e a proposta da administração encontram-se à disposição dos Srs. acionistas na sede social da Companhia e no endereço eletrônico na internet da Companhia (www.joaofortes.com.br/ri). A Companhia informa que utilizará o procedimento de voto à distância através dos boletins de voto à distância na forma estabelecida na Resolução CVM nº 81/2022 (“RCVM 81”). O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme instruções do próprio boletim, com antecedência mínima de 4 (quatro) dias antes da data da realização da AGOE. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 81/2022 e na Resolução CVM nº 70/2022, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia à requisição de adoção do voto múltiplo é de 5%. Adicionalmente, em atenção ao disposto na Resolução CVM n.º 70/2022, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário à requisição de instalação do Conselho Fiscal é de 2%. Os acionistas deverão exibir um documento de identificação pessoal e/ou documentos societários que comprovem sua legitimidade para participar da referida AGOE. Os procuradores dos acionistas deverão comprovar a representação legal constituída há menos de 1 (um) ano, através dos respectivos instrumentos de mandato, com reconhecimento de firma dos outorgantes ou com assinatura eletrônica por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, que deverão ser depositados na sede social da Companhia, localizada na Av. das Américas, nº 3443, bloco 3, loja 108, Condomínio Américas Corporate, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGOE. Rio de Janeiro, 31 de março de 2026.

Antônio José de Almeida Carneiro
Presidente do Conselho de Administração

REGISTRO
GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

VILAREJO E TEA - Abril, mês mundial de conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), chega com uma importante novidade no Hotel Fazenda Vilarejo, em Conservatória. Em uma iniciativa inédita, o empreendimento vai inaugurar um espaço sensorial projetado especialmente para receber pessoas — sobretudo crianças — com transtornos sensoriais e outras neurodivergências, como o TEA. A novidade se soma às práticas já adotadas pelo hotel para oferecer acolhimento e segurança para essas crianças e seus familiares, como pulseira diferenciada para facilitar a identificação, cadastro personalizado e treinamento contínuo das equipes. No mês, o hotel reforça essas ações dentro da programação do Abril Azul, campanha nacional voltada à conscientização sobre saúde e segurança. Nesse período, são realizadas palestras internas com especialistas, atualização de protocolos, orientações práticas para integração segura das crianças nas atividades e alinhamento entre as equipes operacionais e de recreação. O objetivo é garantir que todas as experiências sejam conduzidas com respeito, segurança e atenção às necessidades individuais. Em fase final de construção após três meses de reformas, o novo ambiente será entregue até maio. Assinado pela designer de interiores Mari Tavares, o projeto foi desenvolvido com base em diretrizes internacionais de arquitetura sensorial, com foco em regulação emocional, previsibilidade, segurança espacial e redução de sobrecarga — necessidades comuns a muitas crianças dentro do espectro. Só no Hotel Fazenda Vilarejo, mais de 500 crianças com TEA visitam o complexo anualmente, o que motivou a criação de um espaço dedicado a acolhê-las com mais conforto e sensação de pertencimento.

TRAJETÓRIA DE DESTAQUE - O projeto Artemisia Escola de Mulheres e Bioeconomia ficou entre as cinco iniciativas de destaque na ExpoFavela RJ e vai representar o estado na etapa nacional do evento. O público que compareceu ao Museu do Amanhã, no final de semana passado, pôde adquirir itens como sabonetes, shampoos, condicionadores, pomadas e sérums, todos produzidos de forma artesanal pelas mulheres participantes do projeto. Os produtos são resultado de processos formativos que envolvem conhecimento tradicional, práticas sustentáveis e geração de renda. A primeira edição do projeto Artemisia Escola de Mulheres e Bioeconomia beneficiou 500 moradoras de territórios populares do Rio de Janeiro. As inscrições para as novas turmas vão abrir neste mês de abril. Para mais informações siga www.instagram.com/artemisiamulherbioeconomia. Artemisia é uma iniciativa do Instituto BR em parceria com o Movimento Cidade no Feminino, o SEBRAE/RJ e a Universidade Federal Fluminense (UFF).

MEGAMATTE - A Megamatte reforça seu plano de expansão nacional ao participar da Franchise4U, no Rio de Janeiro, no dia 9 de abril, e da Franchise B2B, em Belo Horizonte, no dia 14, onde apresenta seus modelos de franquias e oportunidades de investimento no segmento de alimentação saudável. Em um cenário de crescimento do franchising no Brasil, a rede aposta em formatos flexíveis de negócio, operação simplificada e suporte ao franqueado para atrair novos parceiros. Com mais de 30 anos de mercado e cerca de 150 unidades, a marca destaca sua consolidação, escalabilidade e foco em regiões estratégicas, como o Sudeste.

IFEC-RJ - Sondagem do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ), realizada nos dias 20 e de 23 a 25 de março, com 870 consumidores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mostra leve avanço na intenção de compra para a Páscoa em 2026 na comparação com o ano passado. De acordo com o levantamento, 64,3% dos entrevistados pretendem presentear alguém neste ano, acima dos 62,8% registrados em 2025. Já os que afirmaram não ter intenção de compra somam 30,3% esse ano, ante 28,8% no ano passado. O percentual de indecisos recuou, passando de 8,4% em 2025 para 5,4% em 2026. Entre os consumidores que pretendem presentear na Páscoa em 2026, os itens mais tradicionais seguem na liderança. Os bombons aparecem como a opção mais citada, escolhidos por 44,9% dos entrevistados, seguidos de perto pelos Ovos de Páscoa, com 43,7%. As barras de chocolate também têm participação relevante, com 28,8%. O levantamento aponta que o gasto médio com presentes para a Páscoa em 2026 é estimado em R\$ 128. Já a movimentação financeira total deve alcançar cerca de R\$ 300 milhões. Em relação aos canais de compra, as lojas físicas seguem como principal escolha dos consumidores. 88% afirmam que pretendem comprar em lojas físicas. As compras online aparecem com 5,7% das intenções, enquanto 5,4% dos consumidores indicam que devem utilizar ambas.

Por economia, 37% aceitam comprar ovos de Páscoa quebrados

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo SPC Brasil, em parceria com a Offerwise Pesquisas, aponta que, nesta Páscoa, 37% aceitam comprar ovos quebrados ou danificados pela economia nos gastos de até 50%, sinalizando que, para consumo próprio, o sabor e o preço sobrepõem o simbolismo da embalagem.

O levantamento também destaca o poder das plataformas digitais como TikTok e Instagram na decisão de compra. Seis em cada 10 consumidores (61%) afirmam ser influenciados por tendências de sabores e formatos de ovos que viralizam nas redes.

A pesquisa mostra que 24% são “compradores por impulso viral”, aqueles que decidem a compra puramente pelo desejo de experimentar o que está em alta. Já, para a maioria (37%), embora exista a curiosidade despertada pelo digital, o valor final do produto atua como um limitador, podendo vetar a compra da tendência. Na contramão da viralização, 34% ignoram completamente os fenômenos virais, mantendo-se fiéis aos sabores tradicionais (ao leite, crocante e branco).

Apesar da pressão orçamentária, a pesquisa revela que a Páscoa permanece como um ritual social prioritário. Para 59% dos brasileiros, o preço é irrelevante quando o presente é destinado a alguém especial. O público infantil é o maior motor dessa tendência: 20% dos pais admitem que comprarão o que os filhos pedirem, independentemente do valor.

A pesquisa mostra que a comemoração da Páscoa exige sacrifícios para boa parte dos consumidores. Cerca de 41% dos entrevistados precisarão fazer ajustes nas finanças para encaixar os chocolates no orçamento. De acordo com os entrevistados, 24% pretendem reduzir gastos com saídas e deliveries. Enquanto 12% dos consumidores afirmam que podem subs-

tituir itens da cesta básica para garantir o chocolate.

Diante da falta de limite no cartão ou dinheiro à vista para a compra, 30% recorrem a estratégias extremas, como uso do cheque especial ou empréstimos (16%) ou uso de cartões de terceiros/parentes (14%). Por outro lado, 52% optam por produtos de menor valor para garantir a celebração dentro dos limites do orçamento. 26% interrompem a jornada de compra por falta de dinheiro ou crédito, sinalizando que para 3/4 da população a data é inegociável.

A decisão de compra na Páscoa é fortemente guiada por laços afetivos, a ponto de o preço tornar-se irrelevante para 59% dos consumidores. Esse grupo admite que o valor do presente ignora limites financeiros quando o presenteado é considerado especial (35%) ou quando o foco são os filhos, compram o que pedirem não importa o valor (20%).

A pesquisa ainda aponta que 67% dos entrevistados fazem compras fora do planejado, sendo que 41% escondem o valor real da compra da família ou cônjuge para evitar conflitos. As táticas variam entre a mentira sobre o preço (“foi baratinho” = 12%) até o “consumo secreto” (10%), onde o produto é ingerido escondido para eliminar vestígios do gasto extra.

Apenas 36% mantêm transparência total, mesmo sabendo que o valor acima do planejado gerará discussões.

Embora 43% tentem ser rígidos ao planejamento da compra, 31% cedem a estímulos de última hora no ponto de venda. O apelo visual do “túnel de ovos” (19%) e o “efeito choro” (influência dos filhos para evitar conflitos na loja, 12%) são os maiores inimigos do planejamento.

Por outro lado, 26% são caçadores de promoções agressivas, ignorando a compra caso não percebam uma vantagem clara de preço no momento.

Pensando na Páscoa dos últimos anos, 80% afirmam raramente ou nunca se arrepender do gasto, sugerindo que a satisfação imediata e o cumprimento do ritual social compensam o aperto financeiro posterior para a maioria. Esse grupo é composto por aqueles que planejam o orçamento à risca (50%) ou que, apesar de pequenos deslizos eventuais, mantêm o domínio sobre suas escolhas (30%). Em contrapartida, o comportamento de risco concentra-se em 15%, que admite se arrepender frequentemente por ceder ao impulso e comprometer a fatura.

De acordo com o levantamento, 42% dos consumidores são conservadores e não pagam a mais por “novidades”. Contudo, temas infantis (21%) e opções de linhas diet, light ou funcionais (19%) são os únicos atributos que justificam um Premium Price (sobrep preço).

O estudo ouviu, entre 18 e 23 de fevereiro, 883 pessoas em um primeiro levantamento e desse total, 600 num segundo, nas 27 capitais brasileiras, homens e mulheres, com idade igual ou maior a 18 anos, de todas as classes econômicas (excluindo analfabetos) e que pretendem comprar presentes para a Páscoa.

A margem de erro no geral é de 3,3 p.p e 4,0 p.p. para um intervalo de confiança a 95%.

Maior alta

Levantamento do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que individualmente alguns itens de mesa da Páscoa registraram aumentos significativos nos últimos anos, mas em conjunto apresentam novamente um comportamento de queda de preços no acumulado em 12 meses até março de 2026, com variação de -5,73%. Apesar da queda anual, quando analisamos os últimos quatro anos, observamos que a cesta acumulou alta de 15,37%, ligeiramente abaixo dos 16,53% registra-

dos pelo Índice de Preços ao Consumidor – Mensal (IPC-10), resultado que evidencia a persistência da inflação da cesta.

A dinâmica dos preços no período 2023–2026 revela tendências distintas, com chocolates e bombons em contínua alta. Tradicionalmente associados às celebrações da Páscoa, mantiveram-se em trajetória ascendente com aumentos de 11,02% em 2023, 3,28% em 2024, 11,54% em 2025 e 16,71% em 2026, acumulando 49,26% no período total.

Outros produtos seguiram caminhos variados. A batata inglesa, após forte alta de 50,05% em 2024 e queda de 48,79% em 2025, registrou leve recuperação de 2,21% em 2026, mantendo deflação acumulada de 16,02% no quadriênio. A cebola seguiu tendência similar, passando de -41,93% em 2025 para -9,64% em 2026, com queda acumulada de 15,44%. O arroz, após forte alta de 29,93% em 2024 e recuo de 4,81% em 2025, registrou queda intensa de 26,11% em 2026, encerrando o período com inflação residual de apenas 1,31%.

O azeite, que havia se destacado com a maior elevação acumulada no triênio anterior (com altas consecutivas de 7,99% em 2023, 45,47% em 2024 e 11,69% em 2025), registrou forte recuo de 23,20% em 2026, encerrando o quadriênio com acúmulo de 34,74%. Os ovos de galinha, que haviam somado fortes altas nos anos anteriores, recuaram 14,56% em 2026, acumulando aumento de 26,72% nos quatro anos.

Produtos como bacalhau e sardinha tiveram comportamento irregular nos preços, mas com tendência de alta. O bacalhau apresentou altas sucessivas de 11,16% em 2023, queda de 1,91% em 2024, e novas altas de 9,50% em 2025 e 9,90% em 2026, totalizando 31,21% no quadriênio. O atum destacou-se entre os pescados com inflação acumulada de 38,98% no período.

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444



O problema da defasagem dos preços dos combustíveis

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a defasagem dos preços dos combustíveis no Brasil com Adriano Pires, diretor do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura).

Qual a sua avaliação sobre a defasagem dos preços dos combustíveis no Brasil?

Essa é uma questão que me preocupa muito, pois com o barril do petróleo ultrapassando US\$ 100, as defasagens começaram a ficar muito grandes. O problema é que o Brasil perdeu a oportunidade de fazer o que muitos países, principalmente os mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, os países europeus, a China, a Coreia do Sul e o Japão fizeram, já que eles foram aumentando, gradativamente, os preços dos derivados para que não houvesse uma defasagem tão grande. O ponto é que, como o Brasil demorou muito a fazer isso, isso está causando inúmeros problemas.

Hoje, o Brasil possui grandes defasagens de preço em relação à gasolina, diesel, querosene da aviação e GLP, com o governo tentando criar subvenções e reduções para reduzi-las, sem que isso seja suficiente. Como as políticas que o governo está tentando criar não conseguem cobrir as defasagens, existe o risco de desabastecimento de GLP e, principalmente, do diesel, que são importados.

Por exemplo, quando o governo lançou o primeiro pacote, zerando o PIS/COFINS e criando subvenções e o imposto de exportação sobre o petróleo, houve um aumento do diesel na refinaria da Petrobras. Nesta semana, o querosene da aviação teve uma brutal elevação de 50%. O Brasil está pagando um alto custo pela demora em seguir o que está acontecendo no mundo. Eu sempre digo que existem duas pessoas que acharam que a guerra ia durar pouco: Trump e Lula.

Por quanto tempo o Governo e a Petrobras devem conseguir segurar essa situação?

Eles não vão conseguir segurar a situação por muito tempo. No caso da gasolina, nós estamos importando bem menos, pois a mistura do etanol amido na gasolina passou de 27% para 30%, sendo que pela Lei do Combustível do Futuro, ela pode ir a 35%. Eu já vi no noticiário que o ministro de Minas e Energia está avaliando aumentar essa mistura para 32%. Por exemplo, os Estados Uni-

dos aumentaram a mistura de etanol de 10% para 15% até maio.

O caso do diesel é mais complicado, apesar da mistura com o biodiesel, que hoje está em 15%, mas que pode chegar, se não estou errado, a 25%. Isso porque, se o preço do diesel não aumentar como aconteceu com o preço do querosene da aviação, a cada dia que passa, aumentam as chances de desabastecimento no Brasil.

Por mais que o governo tenha zerado o PIS/COFINS e criado uma subvenção para que a Petrobras produzisse diesel, e agora queira emitir uma medida provisória através da qual o ICMS do diesel importado seria reduzido pela metade, rachando a conta com os estados, o que daria R\$ 0,60 para cada, R\$ 1,20 no total, a defasagem está tão grande que essas subvenções e reduções de impostos não estão sendo suficientes para fazer com que o diesel encoste na paridade de importação.

Para que não haja risco de desabastecimento, o governo pode anunciar, a qualquer momento, um aumento do diesel. Em alguns lugares do Brasil, já está faltando diesel, sendo que isso pode piorar. Em outro cenário, se a Petrobras não aumentar o preço do diesel para diminuir o gap e permitir que importadores possam fazer suas importações, ela vai ter que assumir 100% dessa importação, vendendo mais barato do que compra lá fora. Cabe destacar que esse seria o pior cenário de todos. A minha aposta é que vamos ter um aumento do diesel a qualquer momento.

Quais são os impactos que essa defasagem causa no mercado?

Vamos analisar o caso do diesel. Hoje no Brasil, o diesel possui quatro preços. Como o diesel vendido pela Petrobras tem subvenção e não paga PIS/COFINS, ele tem um preço de referência abaixo do preço do mercado internacional. Nos leilões de diesel feitos pela Petrobras, o preço é pelo mercado internacional. Quando uma distribuidora importa diesel, ela paga o preço do mercado internacional. Por fim, a Refinaria de Mataripe, que é privada, vende diesel pelo preço do mercado internacional. Com isso, você vê a confusão que foi colocada na mesa.

Essa situação faz com que as distribuidoras façam estoques de diesel e com que os postos aumentem os preços, pois como todo mundo sabe que o diesel tem que aumentar de pre-

ço, o dono do posto, que tem diesel a um preço anterior, fica preocupado em criar um preço de reposição. Assim, mesmo que a Petrobras não aumente o preço na refinaria, existem aumentos nas distribuidoras, nos postos e nos revendedores. O governo chama isso de especulação, mas é assim que o mercado funciona, já que todo mundo trabalha com o preço de reposição.

Como o consumidor fica chateado, sendo que não foi a Petrobras que aumentou o preço, e sim o posto, o governo começa a dizer que vai colocar fiscais na rua, pois, no fundo, o que ele está criando é um tabelamento, e quando se tabela um produto, ele some da prateleira. Toda essa situação cria um ambiente muito ruim no mercado.

Como você tem visto a condução do governo em relação a essa questão?

O governo está sendo muito pouco criativo. Isso porque o Brasil é um país que tem muita diversidade energética. Pegando o caso da gasolina, o governo já poderia ter aumentado a mistura com o etanol, como os Estados Unidos fizeram na semana passada, mas só agora ele está dizendo que talvez aumente a mistura. No caso do diesel, nós poderíamos aumentar a mistura com o biodiesel, caso haja volume para isso. O Brasil também poderia incentivar a substituição de diesel por biometano, GNC, Gás Natural Veicular, ou GNL, Gás Natural Liquefeito, que é utilizado por caminhões que percorrem longas distâncias. O problema é que nós não vemos esse tipo de programa.

Na medida em que o governo vai para soluções mais simplistas, como subsidiar o diesel, ele acaba tirando a competitividade das energias substitutas. É por isso que a solução do governo é muito pouco criativa.

Outro ponto é que quando o governo zera o PIS/COFINS ou reduz o ICMS, isso tem que ser acompanhado por um esforço de redução do gasto público. O problema é que quando se cria um imposto de exportação para financiar um programa de subsídio, você não está fazendo isso com o dinheiro do governo, mas com o dinheiro dos outros. Até porque esse imposto de exportação, na minha opinião, é inconstitucional, pois quando o leilão de petróleo foi feito, ele não existia.

Um ponto que as pessoas, muitas vezes, não se lembram, é que quando o preço do petróleo fica mais alto, a arrecadação de royal-

ties e participações especiais aumenta muito, sendo que a maior parte desse dinheiro fica com a União, ou seja, esse dinheiro poderia financiar esse tipo de redução de imposto sem criar um novo imposto. Esse imposto de exportação é meramente arrecadatório, pois o governo está aproveitando uma crise mundial, que está levando ao aumento do petróleo, para aumentar a arrecadação.

O governo deveria reduzir impostos sem criar subsídios e regras que tiram a competitividade das energias que podem reduzir a nossa dependência do diesel.

Passando para o epicentro do problema, qual o peso do petróleo escoado pelo Golfo Pérsico que atende o mercado mundial?

A região do Golfo produz cerca de 30% do petróleo mundial, sendo que pelo Estreito de Ormuz passam 20% do petróleo comercializado no mundo e cerca de 20% do comércio global de gás natural. É importante citar isso, pois diferente do primeiro e do segundo choque do petróleo, nós não estamos tendo um choque apenas no preço do petróleo, mas também no preço do gás natural, que é fundamental para a produção de energia elétrica, indústrias, aquecimento e fertilizantes.

Veja que a diferença entre a produção de 30% do petróleo mundial na região do Golfo e o escoamento de 20% do petróleo comercializado no mundo através do Estreito de Ormuz se deve ao fato de que a Arábia Saudita possui oleodutos que fazem com que ela não precise passar 100% da sua produção através do estreito.

O que pode acontecer com o mercado caso os Estados Unidos tome a ilha de Kharg?

Se a ilha de Kharg for tomada, mas o problema do Estreito de Ormuz não for resolvido, o petróleo pode ir a US\$ 200.

Considerando a nossa conversa, você gostaria de acrescentar algum ponto à sua entrevista?

Por mais que o Brasil não esteja na linha de fogo da guerra, ele está preso no mesmo mercado. Nós deveríamos olhar com inteligência para a nossa diversidade de fontes de energia e aproveitar esse momento de crise para criar uma política estrutural que nos permita administrar melhor a próxima crise. Sem essas medidas estruturais, nós vamos, como costume dizer, nos encontrar na próxima crise.

AUTOPARK S.A.
CNPJ/MF 03.734.265/0001-01 - NIRE 33.300.264.809

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da Autopark S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no próximo dia 09 de abril de 2026, às 10:30 horas, na sede social da Companhia, na Av. Presidente Antonio Carlos, S/N, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberarem sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio conforme definido em reunião da diretoria de 27 de março de 2026.
Rio de Janeiro, 30 de março de 2026.
Emílio Sanches Salgado Junior - Diretor

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - ELETRÔNICO, com prazo: 15 dias. Jonas Rymer, Leiloeiro Oficial, matriculado na JUCERJA sob o nº 079, devidamente autorizado pelo Proprietário/Credor Fiduciário, BANANAL – 127 EM-PREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA, inscrita no CNPJ, sob o nº 07.889.326/0001-60, faz saber aos que virem o presente edital e interessar possa, especialmente a VIVIANE PELLITO VALLADAS BARROS, brasileira, casada, fotógrafa, portadora da identidade nº 08302246-7 expedida pelo IFP/RJ em 30/12/1998, inscrita no CPF sob o nº 042.776.927-29 e seu marido MARCOS JOSÉ OLIVEIRA BARROS, brasileiro, casado, fotógrafo, portador da identidade nº 10.490.859-5, expedida pelo Detran/RJ em 28/07/2003, inscrito no CPF sob o nº 042.525.287-63, que nos termos do artigo 27 da Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997, e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária, será realizado o **1º Leilão, no dia 16 de abril de 2026**, às 12:00 horas, pelo valor do imóvel, e o **2º Leilão, no dia 27 de abril de 2026**, às 12:00 horas, pelo valor do débito, através do portal de leilões on-line do Leiloeiro Público Oficial JONAS RYMER (www.rymerleiloes.com.br). **IMÓVEL: Apartamento 707 do Bloco 03, situado na Estrada do Bananal, nº 127 – freguesia de Jacarepaguá/RJ;** com direito a 02 vagas de garagem de uso indistinto cobertas ou descobertas situadas no 1º ou 2º subsolo ou no pavimento térreo. Matrícula nº 329029 do 9º Ofício do Registro de Imóveis da Capital do RJ. O 1º Leilão, conforme determinou a Cláusula 4.3 C.3 da Escritura de Compra e Venda do Imóvel e Constituição de Alienação Fiduciária, terá como lance mínimo o valor atualizado do imóvel, que corresponde nesta data a **R\$ 940.781,25**. Se no 1º leilão não se obtiver lance igual ou superior ao valor do imóvel, será realizado o 2º leilão, no qual será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior a **R\$ 902.943,74**, que representa, na presente data, o somatório das seguintes parcelas: (i) valor da dívida, (ii) valor das despesas, (iii) valor dos prêmios de seguro, (iv) valor dos encargos legais. O imóvel apresenta débitos de condomínio, no valor de R\$ 37.109,25 e débitos de IPTU no valor de R\$ 29.169,53 (3155255-7). Condições do leilão: A venda será realizada à vista. Correrão por conta do comprador os débitos de IPTU e condomínio da unidade, bem como todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como o pagamento de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação a título de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas com o procedimento de leilão, escritura pública, imposto de transmissão, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. A desocupação correrá por conta do comprador, porém, a reintegração na posse poderá ser solicitada de acordo com o disposto no artigo 30 da Lei nº 9.514/97, em 60 dias. Maiores informações através do telefone do Leiloeiro (21) 3900-4757 e pelo site: www.rymerleiloes.com.br.

BIG DATA SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA S.A.
CNPJ/MF nº 08.768.627/0001-07

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente em Exercício de seu Conselho de Administração, Thoran Araguez Rodrigues, vem convocar os acionistas da BIG DATA SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 13 do Estatuto Social e do artigo 124, c/c art. 294, III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **30 de abril de 2026, às 15:00 horas**, presencialmente, no endereço da sede da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida das Américas, nº 700 – bloco 2 – sala 129 – Barra da Tijuca (CEP 22640-100), e também de forma remota, conforme autorizado pelo artigo 13, §3º do Estatuto Social e pela Instrução Normativa nº 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI, por meio do link <https://meet.google.com/csx-uner-bdt> (plataforma Google Meet). Ordem do Dia – Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2025; (ii) fixar a remuneração dos administradores; (iii) eleger os membros do Conselho de Administração; e (iv) deliberar sobre a manutenção ou extinção do Conselho Fiscal. (v) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2025, consignando-se a inexistência de lucro acumulado distribuível, em razão da absorção de prejuízos acumulados, nos termos do art. 189 da Lei nº 6.404/76. **Instruções Gerais:** **1.** A cópia das demonstrações financeiras pertinentes, o parecer dos auditores independentes, o parecer do Conselho Fiscal e o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício estão disponíveis desde o dia 30/03/2026 no link <https://investidores.bigdatacorp.com.br/>; **2.** Caso qualquer acionista deseje ser representado por procurador, deverá enviar à Companhia os respectivos instrumentos de mandato, validamente outorgados, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência à realização da referida Assembleia Geral Ordinária, a ser encaminhado ao endereço eletrônico thoran@bigdatacorp.com.br, sob a referência *"Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2026 – 15:00h"*. Rio de Janeiro, 30 de março de 2026.
Big Data Soluções em Tecnologia de Informática S.A.
Thoran Araguez Rodrigues

Assembleia Geral Ordinária da AAPBB/FAPES
Telepresencial em 13/04/2026
EDITAL de CONVOCAÇÃO

1. Convocação Em conformidade com o art. 22, inciso I, §1º, item I, do ESTATUTO da Associação dos Assistidos do Plano Básico de Benefícios da FAPES-AAPBB/FAPES, a sua Presidente convoca os associados a participarem da Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Associação, que será conduzida em forma **telepresencial** (o associado participa e interage em sala virtual (*on-line*) do Zoom, quando da exposição dos itens de Pauta e esclarecimento de dúvidas, e vota por meio digital, podendo usar para isso seu computador, tablet ou celular). **2. Etapas: local, data, hora e procedimento** A AGO ocorrerá no dia 13/04/2026 (segunda-feira), e será realizada de forma telepresencial por meio do aplicativo Zoom, pelo link: <https://us06web.zoom.us/j/launch/ed/?muid=b73a21d0-c93f-4237-95b0-363dac682126>
A sessão será iniciada às 12h, quando ocorrerá a primeira chamada, caso seja totalizada a maioria absoluta (metade mais um) dos associados em condição de participar de assembleias, ou às 12:30h, com qualquer quórum, quando ocorrerá a votação da pauta descrita no item 3 abaixo, que perdurará até às 17h. A votação será conduzida e auditada pela empresa PANÁGORA, empresa especializada em sistemas de votação on-line. **3. Assuntos de Pauta** 3.1 – Apreciação e Deliberação sobre as contas da Diretoria relativas ao exercício de 2026, já aprovadas pela Diretoria, Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e auditoria independente; 3.2 – Deliberação sobre o orçamento e o plano anual de ação de 2026. **4. Habilitação para a Assembleia** Estarão habilitados a participar todos os associados que estiverem adimplentes com as suas obrigações (Art. 21 do Estatuto da AAPBB). **5. Forma de Votação** A votação acerca dos itens da pauta da AGO descritos no item 3 do presente, se iniciará imediatamente após o encerramento das atividades descritas no item 2 do presente, sendo feita de forma remota para todos os associados habilitados. As orientações relativas à votação virtual e demais informações serão divulgadas previamente à Assembleia por e-mail direcionado aos Associados devidamente cadastrados no Sistema Clubes Associados de uso da AAPBB-FAPES, assim como no dia da votação, durante a Assembleia. Ademais, conforme art. 26 do Estatuto da AAPBB, *"qualquer Associado poderá exercer seu direito de voto através de procuração outorgada em favor de Associado adimplente com suas obrigações, ou qualquer representante legal, sujeito às seguintes regras: I – a procuração deverá especificar a assembleia à qual se destina, bem como a finalidade da votação; II – a procuração deverá ter firma reconhecida; III – a cada procurador será permitido representar apenas 1 (um) Associado por assembleia"*. **6. Encerramento da AGO** Encerrado o período de votação, os votos serão totalizados pela PANÁGORA e será disponibilizado a todos os associados o resultado da votação. **7. Disposições Complementares** Destaca-se que a Direção da associação se empenhará em auxiliar os associados com dificuldades de conhecimento da plataforma e dos procedimentos, buscando tranquilidade e eficácia do processo. Eventuais dúvidas ou considerações sobre este Edital devem ser encaminhadas até 12 horas do dia 10/04/2026, ao e-mail: secretaria@aabbb-fapes.org.br, ou, pelo WhatsApp: 55 21-97530-4082 (Secretaria da AAPBB-FAPES). Rio de Janeiro, 02 de abril de 2026.
ANGELA REGINA PEREIRA DE CARVALHO
Presidente da AAPBB/FAPES

CBO		CBO Holding S.A.		CNPJ Nº 14.882.295/0001-81																																																																																												
Prestação de serviços de apoio marítimo	As receitas são apuradas ao longo do mês através de medição da disponibilidade diária das embarcações. A medição é validade pelo cliente e reconhecida no resultado. Os valores são recebidos entre 30 e 60 dias da data do faturamento.																																																																																															
	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em medições do serviço realizado. O valor da prestação de serviços é determinado com base nos valores estabelecidos nos contratos.																																																																																															
O reconhecimento da receita de serviços quando da transferência do controle dos bens e serviços. Pressupostos e incertezas de estimativas: Provisão para faturamento - Quando da prestação do serviço e não recebimento do relatório de medição do cliente, o Grupo realiza provisão da receita de serviço já realizado, porém não faturado, com base no contrato entre as partes, dentro de sua competência. O relatório de medição recebido posteriormente reflete o valor das diárias contratadas.																																																																																																
27. Custos e despesas por natureza																																																																																																
<table><tr><th rowspan="2"></th><th colspan="2">Controladora</th></tr><tr><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td>Salários e encargos</td><td>(1.304)</td><td>(1.146)</td></tr><tr><td>Gratificações</td><td>(301)</td><td>(188)</td></tr><tr><td>Benefícios</td><td>(462)</td><td>(265)</td></tr><tr><td>Serviços contratados</td><td>(633)</td><td>(596)</td></tr><tr><td>Viagens e estadias</td><td>(128)</td><td>(105)</td></tr><tr><td>Outros</td><td>(597)</td><td>(342)</td></tr><tr><td></td><td>(3.425)</td><td>(2.642)</td></tr><tr><td></td><td>(3.425)</td><td>(2.642)</td></tr><tr><th rowspan="2"></th><th colspan="2">Consolidado</th></tr><tr><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td>Salários e encargos</td><td>(457.720)</td><td>(451.398)</td></tr><tr><td>Depreciação e amortização</td><td>(683.628)</td><td>(539.570)</td></tr><tr><td>Gratificações</td><td>(114.431)</td><td>(112.573)</td></tr><tr><td>Benefícios</td><td>(71.966)</td><td>(75.818)</td></tr><tr><td>Serviços contratados</td><td>(149.079)</td><td>(113.657)</td></tr><tr><td>Insumos de produção</td><td>(82.564)</td><td>(90.511)</td></tr><tr><td>Manutenção e reparo de embarcações</td><td>(99.552)</td><td>(103.352)</td></tr><tr><td>Operações com seguros</td><td>(44.380)</td><td>(40.722)</td></tr><tr><td>Rancho</td><td>(22.409)</td><td>(21.866)</td></tr><tr><td>Viagens e estadias</td><td>(21.334)</td><td>(20.041)</td></tr><tr><td>Aluguéis de imóveis, equipamentos e veículos</td><td>(12.685)</td><td>(7.748)</td></tr><tr><td>Resultado de mobilização (ii)</td><td>(2.353)</td><td>(48.225)</td></tr><tr><td>Despesa Crédito de Carbono (iii)</td><td>1.531</td><td>(1.375)</td></tr><tr><td>Crédito de PIS/COFINS (i)</td><td>55.023</td><td>38.720</td></tr><tr><td>Outros</td><td>(33.097)</td><td>(32.972)</td></tr><tr><td></td><td>(1.738.644)</td><td>(1.621.108)</td></tr><tr><td></td><td>(181.548)</td><td>(174.998)</td></tr><tr><td></td><td>(1.557.096)</td><td>(1.446.110)</td></tr></table>							Controladora		2025	2024	Salários e encargos	(1.304)	(1.146)	Gratificações	(301)	(188)	Benefícios	(462)	(265)	Serviços contratados	(633)	(596)	Viagens e estadias	(128)	(105)	Outros	(597)	(342)		(3.425)	(2.642)		(3.425)	(2.642)		Consolidado		2025	2024	Salários e encargos	(457.720)	(451.398)	Depreciação e amortização	(683.628)	(539.570)	Gratificações	(114.431)	(112.573)	Benefícios	(71.966)	(75.818)	Serviços contratados	(149.079)	(113.657)	Insumos de produção	(82.564)	(90.511)	Manutenção e reparo de embarcações	(99.552)	(103.352)	Operações com seguros	(44.380)	(40.722)	Rancho	(22.409)	(21.866)	Viagens e estadias	(21.334)	(20.041)	Aluguéis de imóveis, equipamentos e veículos	(12.685)	(7.748)	Resultado de mobilização (ii)	(2.353)	(48.225)	Despesa Crédito de Carbono (iii)	1.531	(1.375)	Crédito de PIS/COFINS (i)	55.023	38.720	Outros	(33.097)	(32.972)		(1.738.644)	(1.621.108)		(181.548)	(174.998)		(1.557.096)	(1.446.110)			
	Controladora																																																																																															
	2025	2024																																																																																														
Salários e encargos	(1.304)	(1.146)																																																																																														
Gratificações	(301)	(188)																																																																																														
Benefícios	(462)	(265)																																																																																														
Serviços contratados	(633)	(596)																																																																																														
Viagens e estadias	(128)	(105)																																																																																														
Outros	(597)	(342)																																																																																														
	(3.425)	(2.642)																																																																																														
	(3.425)	(2.642)																																																																																														
	Consolidado																																																																																															
	2025	2024																																																																																														
Salários e encargos	(457.720)	(451.398)																																																																																														
Depreciação e amortização	(683.628)	(539.570)																																																																																														
Gratificações	(114.431)	(112.573)																																																																																														
Benefícios	(71.966)	(75.818)																																																																																														
Serviços contratados	(149.079)	(113.657)																																																																																														
Insumos de produção	(82.564)	(90.511)																																																																																														
Manutenção e reparo de embarcações	(99.552)	(103.352)																																																																																														
Operações com seguros	(44.380)	(40.722)																																																																																														
Rancho	(22.409)	(21.866)																																																																																														
Viagens e estadias	(21.334)	(20.041)																																																																																														
Aluguéis de imóveis, equipamentos e veículos	(12.685)	(7.748)																																																																																														
Resultado de mobilização (ii)	(2.353)	(48.225)																																																																																														
Despesa Crédito de Carbono (iii)	1.531	(1.375)																																																																																														
Crédito de PIS/COFINS (i)	55.023	38.720																																																																																														
Outros	(33.097)	(32.972)																																																																																														
	(1.738.644)	(1.621.108)																																																																																														
	(181.548)	(174.998)																																																																																														
	(1.557.096)	(1.446.110)																																																																																														
Despesas gerais e administrativas																																																																																																
(i) São substancialmente créditos decorrentes da aquisição de ativos imobilizados, autorizados pelo inciso VI do parágrafo 14º do artigo 3º das Leis Federais nos 10.637/2002, sobre a contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e Programas de Formação para Servidores Públicos (PASEP) e outras questões fiscais e 10.833/2003 sobre a Cobrança Não Cumulativa da COFINS. (ii) Refere-se à amortização linear dos custos de mobilização a partir do início da operação da embarcação ao longo do período do contratual. (iii) O Grupo CBO realizava a compensação das emissões de GEE (escopos 1 e 3) por meio da compra de créditos de carbono. Em 2024, embora tenha mantido o processo de provisionamento para compensação, conforme registrado no Relatório de Sustentabilidade referente ao exercício de 2024 (divulgado em 2025), o Grupo passou a priorizar estratégias voltadas à redução e mitigação efetiva das emissões, refletindo seu compromisso com a descarbonização e a adoção de práticas operacionais mais sustentáveis, motivo pelo qual a provisão constituiu naquele exercício foi estornada.																																																																																																
28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas																																																																																																
<table><tr><th rowspan="2"></th><th colspan="2">Controladora</th><th colspan="2">Consolidado</th></tr><tr><th>2025</th><th>2024</th><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td>Créditos tributários</td><td>-</td><td>-</td><td>11.501</td><td>472</td></tr><tr><td>Provisão de contingências</td><td>(847)</td><td>-</td><td>(15.461)</td><td>(53.941)</td></tr><tr><td>Baixa de impostos a recuperar</td><td>-</td><td>-</td><td>(15.430)</td><td>-</td></tr><tr><td>Despesas judiciais</td><td>-</td><td>-</td><td>(3.588)</td><td>-</td></tr><tr><td>Amortização da mais valia</td><td>(6.208)</td><td>4.712</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>Ajuste de inventário</td><td>-</td><td>-</td><td>365</td><td>-</td></tr><tr><td>Recuperação de upgrades clientes / Mobilização (i)</td><td>-</td><td>-</td><td>4.598</td><td>66.785</td></tr><tr><td>Parcelamento de tributos federais</td><td>-</td><td>-</td><td>(6.035)</td><td>-</td></tr><tr><td>Outros</td><td>(10.648)</td><td>(606)</td><td>4.782</td><td>4.248</td></tr><tr><td></td><td>(17.703)</td><td>4.106</td><td>(19.268)</td><td>17.564</td></tr></table>							Controladora		Consolidado		2025	2024	2025	2024	Créditos tributários	-	-	11.501	472	Provisão de contingências	(847)	-	(15.461)	(53.941)	Baixa de impostos a recuperar	-	-	(15.430)	-	Despesas judiciais	-	-	(3.588)	-	Amortização da mais valia	(6.208)	4.712	-	-	Ajuste de inventário	-	-	365	-	Recuperação de upgrades clientes / Mobilização (i)	-	-	4.598	66.785	Parcelamento de tributos federais	-	-	(6.035)	-	Outros	(10.648)	(606)	4.782	4.248		(17.703)	4.106	(19.268)	17.564																																
	Controladora		Consolidado																																																																																													
	2025	2024	2025	2024																																																																																												
Créditos tributários	-	-	11.501	472																																																																																												
Provisão de contingências	(847)	-	(15.461)	(53.941)																																																																																												
Baixa de impostos a recuperar	-	-	(15.430)	-																																																																																												
Despesas judiciais	-	-	(3.588)	-																																																																																												
Amortização da mais valia	(6.208)	4.712	-	-																																																																																												
Ajuste de inventário	-	-	365	-																																																																																												
Recuperação de upgrades clientes / Mobilização (i)	-	-	4.598	66.785																																																																																												
Parcelamento de tributos federais	-	-	(6.035)	-																																																																																												
Outros	(10.648)	(606)	4.782	4.248																																																																																												
	(17.703)	4.106	(19.268)	17.564																																																																																												
(i) Reembolso de gastos incorridos (conforme negociação contratual), mobilização-reembolso de custos de responsabilidade do cliente para colocar as embarcações em condições para operar. Política contábil: Reconhecimento de despesas - As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são ativadas de acordo com seus respectivos prazos de duração.																																																																																																
29. Resultado financeiro																																																																																																
<table><tr><th rowspan="2"></th><th colspan="2">Controladora</th></tr><tr><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td>Receitas financeiras</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Juros com partes relacionadas (Nota 13 (c))</td><td>17.528</td><td>14</td></tr><tr><td>Resultado com aplicações financeiras (*)</td><td>264</td><td>140</td></tr><tr><td>Atualização monetária</td><td>411</td><td>413</td></tr><tr><td>Resultado com instrumentos derivativos</td><td>7.689</td><td>-</td></tr><tr><td></td><td>25.892</td><td>567</td></tr><tr><td>Despesas financeiras</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Juros sobre financiamento</td><td>(24.675)</td><td>-</td></tr><tr><td>Juros com partes relacionadas (Nota 13 (c))</td><td>(694)</td><td>(408)</td></tr><tr><td>Custo de transação (**)</td><td>(1.097)</td><td>(34)</td></tr><tr><td>Encargos sobre operações financeiras</td><td>(662)</td><td>(1.360)</td></tr><tr><td></td><td>(27.128)</td><td>(1.802)</td></tr><tr><td>Variação cambial, líquida</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Variação cambial ativa</td><td>132</td><td>(898.000)</td></tr><tr><td>Variação cambial passiva</td><td>(831)</td><td>(898.117)</td></tr><tr><td></td><td>(699)</td><td>(117)</td></tr><tr><td></td><td>(1.935)</td><td>(1.352)</td></tr><tr><th rowspan="2"></th><th colspan="2">Consolidado</th></tr><tr><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td>Receitas financeiras</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Resultado com aplicações financeiras (*)</td><td>29.832</td><td>82.403</td></tr><tr><td>Atualização monetária de créditos tributários</td><td>6.055</td><td>8.619</td></tr><tr><td>Outras</td><td>420</td><td>16</td></tr><tr><td></td><td>36.307</td><td>91.038</td></tr><tr><td>Despesas financeiras</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Juros sobre financiamentos (***)</td><td>(245.459)</td><td>(236.160)</td></tr><tr><td>Juros sobre arrendamento</td><td>(3.907)</td><td>(745)</td></tr><tr><td>Custo de transação (**)</td><td>(39.235)</td><td>(19.939)</td></tr><tr><td>Resultado com instrumentos derivativos</td><td>481</td><td>(10.313)</td></tr><tr><td>Encargos sobre operações financeiras</td><td>(23.618)</td><td>(19.087)</td></tr><tr><td></td><td>(311.738)</td></tr></table>		Controladora		2025	2024	Receitas financeiras			Juros com partes relacionadas (Nota 13 (c))	17.528	14	Resultado com aplicações financeiras (*)	264	140	Atualização monetária	411	413	Resultado com instrumentos derivativos	7.689	-		25.892	567	Despesas financeiras			Juros sobre financiamento	(24.675)	-	Juros com partes relacionadas (Nota 13 (c))	(694)	(408)	Custo de transação (**)	(1.097)	(34)	Encargos sobre operações financeiras	(662)	(1.360)		(27.128)	(1.802)	Variação cambial, líquida			Variação cambial ativa	132	(898.000)	Variação cambial passiva	(831)	(898.117)		(699)	(117)		(1.935)	(1.352)		Consolidado		2025	2024	Receitas financeiras			Resultado com aplicações financeiras (*)	29.832	82.403	Atualização monetária de créditos tributários	6.055	8.619	Outras	420	16		36.307	91.038	Despesas financeiras			Juros sobre financiamentos (***)	(245.459)	(236.160)	Juros sobre arrendamento	(3.907)	(745)	Custo de transação (**)	(39.235)	(19.939)	Resultado com instrumentos derivativos	481	(10.313)	Encargos sobre operações financeiras	(23.618)	(19.087)		(311.738)
		Controladora																																																																																														
	2025	2024																																																																																														
Receitas financeiras																																																																																																
Juros com partes relacionadas (Nota 13 (c))	17.528	14																																																																																														
Resultado com aplicações financeiras (*)	264	140																																																																																														
Atualização monetária	411	413																																																																																														
Resultado com instrumentos derivativos	7.689	-																																																																																														
	25.892	567																																																																																														
Despesas financeiras																																																																																																
Juros sobre financiamento	(24.675)	-																																																																																														
Juros com partes relacionadas (Nota 13 (c))	(694)	(408)																																																																																														
Custo de transação (**)	(1.097)	(34)																																																																																														
Encargos sobre operações financeiras	(662)	(1.360)																																																																																														
	(27.128)	(1.802)																																																																																														
Variação cambial, líquida																																																																																																
Variação cambial ativa	132	(898.000)																																																																																														
Variação cambial passiva	(831)	(898.117)																																																																																														
	(699)	(117)																																																																																														
	(1.935)	(1.352)																																																																																														
	Consolidado																																																																																															
	2025	2024																																																																																														
Receitas financeiras																																																																																																
Resultado com aplicações financeiras (*)	29.832	82.403																																																																																														
Atualização monetária de créditos tributários	6.055	8.619																																																																																														
Outras	420	16																																																																																														
	36.307	91.038																																																																																														
Despesas financeiras																																																																																																
Juros sobre financiamentos (***)	(245.459)	(236.160)																																																																																														
Juros sobre arrendamento	(3.907)	(745)																																																																																														
Custo de transação (**)	(39.235)	(19.939)																																																																																														
Resultado com instrumentos derivativos	481	(10.313)																																																																																														
Encargos sobre operações financeiras	(23.618)	(19.087)																																																																																														
	(311.738)																																																																																															

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
a ser Realizada em 30 de Abril de 2026**

Omar Carneiro da Cunha Sobrinho
Presidente do Conselho de Administração

CNPJ/ME nº 03.549.807/0001-76 – NIRE 35.300.191.927

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 29/04/2026, às 10:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na rua Teófilo Otoni, nº 15, sala 1.204, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31.12.2023, 31.12.2024, e 31.12.2025; **ii)** Deliberar sobre a destinação do resultado dos períodos; **iii)** Eleger/releger os administradores; **iv)** deliberar sobre a remuneração dos administradores; e **v)** extraordinariamente deliberar sobre a alteração da sede da companhia para Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 995, 2º andar (parte), Copacabana/RJ. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2026. Rogério Luiz Lima Figueira – Diretor Presidente.

Roberto Pedote
Co-Presidente do Conselho de Administração

CNPJ: 31.597.552/0001-52

Edital de Convocação: Ficam convidados os Senhores Acionistas a Comparecerem a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em nossa sede social, sito a Rua Vínicius de Moraes, 266 Ipanema - RJ, no dia 30 de abril de 2026 as 10 horas, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia. 1) Exame do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como do relatório (parecer) dos Auditores Independentes; 2) Destinação do lucro líquido do exercício; 3) Fixação do montante global da remuneração dos Administradores. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1) Aumento do Capital Social por incorporação de lucros acumulados, constantes do Balanço de 31/12/2025; 2) Alteração do Estatuto Social, referente ao Artigo 5º que trata da alteração do Capital Social; 3) Outros assuntos do interesse da sociedade. Rio de Janeiro, 31 de março de 2026. A Diretoria.

continuação...

celeoredes

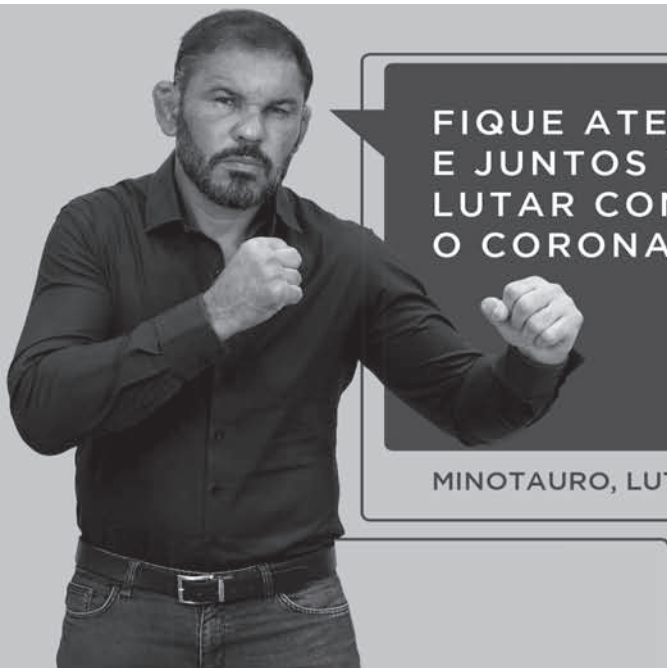
transmissão de energia S.A.

CELEO REDES TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 31.001.230/0001-07

Prática	Nota explicativa	Descrição
Instrumentos financeiros – Classificação e mensuração	16	(a) Classificação e mensuração - Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos. Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: (i) Custo amortizado - Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (ii) VJR - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. (b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros - Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.
Prática	Nota explicativa	Descrição
Ativo de contrato	13	Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção - Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção 40% (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção - Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido - Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 11% definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.
Prática	Nota explicativa	Descrição
Imposto de renda e contribuição social	14 e 17	O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

José Maurício S. de Souza	Marcus Hansen Balata	Bruno M. S. M. Melo
Diretor	Diretor de relação com investidores	Contador CRC-RJ 111193/O-8
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas		
Aos Administradores e Acionistas Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. - Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS <i>Accounting Standards</i>) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Bas para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria - Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.		
Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria	
Mensuração do ativo de contrato e a correspondente receita de remuneração desse ativo (Notas 8, 13 e 23)		
O ativo de contrato no valor de R\$ 685.912 mil refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção das infraestruturas de transmissão de energia dos seus respectivos contratos de concessão. A mensuração do ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo. Adicionalmente, por se tratar de contratos de longo prazo, a identificação da taxa de remuneração, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da administração para a mensuração do seu valor presente, bem como na determinação das margens de lucro esperadas para cada obrigação de performance identificada. Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.		Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo de contrato. Efetuamos a leitura do contrato de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) para identificação das obrigações de performance e entendimento das condições pactuadas entre elas, os preços e os prazos definidos. Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como a taxa de remuneração do ativo contratual e a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS <i>Accounting Standards</i>), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.		
Rio de Janeiro, 30 de março de 2026		
 PricewaterhouseCoopers	Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/F-5	
		Patricio Marques Roche Contador CRC 1RJ081115/O-4



FIQUE ATENTO,
E JUNTOS VAMOS
LUTAR CONTRA
O CORONAVÍRUS.

MINOTAURO, LUTADOR



SAIBA MAIS EM
SAUDE.GOV.BR/CORONAVIRUS
OU PELO APP CORONAVIRUS - SUS

DISQUE SAÚDE
136

O coronavírus chegou
ao Brasil. Vamos ficar
atentos, mas tranquilos.
Informação e boa
higiene são as melhores
formas de se prevenir
do vírus e proteger
sua família

ESCANEE
COM A CÂMERA
DO SEU CELULAR
PARA INFORMAÇÕES
ATUALIZADAS.

CORONAVÍRUS
(COVID-19)

JUNTOS SOMOS
MAIS FORTES.

APOIO DESTA VEÍCULO

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025. **Atividades da Companhia:** A Monteiro Aranha S.A. ("MASA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Sala 101 - A, parte, Leblon, no município e estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como atividade principal a participação societária em outras sociedades. Em 30/01/2026 a CVM deferiu o cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, passando a Companhia a ser uma companhia fechada a partir do encerramento do pregão daquela data. **Contexto de negócios em 2025:** A Companhia apresentou no exercício social de 2025 um lucro líquido consolidado de R\$ 97.658 comparado ao lucro líquido consolidado de R\$ 72.642 registrado no exercício social de 2024. O ajuste ao valor justo de outras participações da Companhia para 2025 apresentou resultado negativo de R\$ 51.908 em 2025, inferior ao resultado negativo de R\$ 122.909 registrado em 2024. O resultado negativo decorre principalmente pela desvalorização das ações de Klabin¹ e de BrasilAgro parcialmente compensada pela valorização das ações de Ultrapar³. Em 2025 a Companhia reportou resultado positivo com outras receitas, líquidas, no valor de R\$ 82.516, em comparação a R\$ 83.395 em 2024. A variação reflete, principalmente, o maior recebimento de proventos de investidas avaliadas a valor justo no exercício, efeito que foi parcialmente compensado pelo menor ganho reconhecido com a bonificação de ações emitidas pela Klabin S.A. aos seus acionistas, que havia sido superior no exercício anterior. O resultado financeiro foi positivo em R\$ 20.164 em 2025, inferior ao resultado positivo de R\$ 79.401 registrado em 2024. Essa variação decorre, preponderantemente, de: a) maiores encargos sobre empréstimos, em razão do maior volume de dívidas e do aumento do CDI quando comparados a 2024, b) do menor resultado das aplicações financeiras em renda fixa mantidas em tesouraria, dada o menor volume médio de caixa em tesouraria e c) pelo menor resultado positivo dos seus fundos exclusivos que embora tenham apresentado maior ganho em aplicações de renda fixa e nos investimentos em fundos imobiliários não foram impactados por menor ganho dos investimentos em BDRs e por perdas na posição de dólar futuro. O aumento do resultado positivo de R\$ 70.855 com imposto de renda e contribuição social em 2025, comparado com o resultado positivo de R\$ 58.085 em 2024 ocorreu, majoritariamente, em virtude da baixa de tributos diferidos passivos devidos a amortização parcial de seu fundo de investimento exclusivo e a constituição de tributos diferidos ativos decorrentes dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL acumulados até então não reconhecidos. **Estrutura de capital:** O endividamento bruto da Companhia em 31/12/2025 era de R\$ 842.170, sendo composto por CCBs, debêntures e notas comerciais⁴. Do total de dívidas, 81% possuem garantias através de alienação fiduciária de cotas de fundos de investimentos, 6% por meio de alienação fiduciária de aplicações financeiras e 13% sem prestação de garantias reais. Os contratos de empréstimos, debêntures e notas comerciais não possuem cláusulas com *covenants* financeiros. O caixa e as aplicações financeiras de curto prazo em 31/12/2025 eram de R\$ 1.132.773. **Orçamento de capital:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2024, os acionistas da Companhia aprovaram proposta de

² Detalhes e atualizações com respeito aos resultados de Klabin S.A. são apresentados nas suas próprias demonstrações financeiras e estão disponíveis para consulta no seu site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).
³ Detalhes e atualizações com respeito aos resultados de BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas são apresentados nas suas próprias demonstrações financeiras e estão disponíveis para consulta no seu site, bem como no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).
⁴ Em agosto de 2025, a Companhia realizou sua primeira emissão de notas comerciais escriturais, em série única, destinada exclusivamente a investidores profissionais (**nota explicativa 15**).

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								Demonstrações do resultado em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Nota		Controladora		Consolidado		Nota		Controladora		Consolidado		Nota		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Ativo circulante						Passivo circulante											
Caixa e equivalentes de caixa						Salários e encargos sociais						Receitas operacionais					
3 771.632 803.163 773.086 805.135						14 8.183 459 8.463 775						Resultado de equivalência patrimonial					
Aplicações financeiras						Impostos e taxas a recolher						11 (417) (814) (105) (21)					
4 359.687 706.322 359.687 706.322						15 161.560 109.935 161.560 109.935						Resultado bruto					
Dividendos e JCP a receber						15 157.436 14.864 157.436 14.864						Despesas gerais e administrativas					
7 — — 15.421 25.692						15 29.300 — 29.300						19 (22.820) (22.989) (25.065) (25.309)					
Contas a receber						18.c 328 8.714 328 8.714						Ajuste ao valor justo de outras participações					
Tributos a recuperar						— 296 120 346 3.583						11 (51.908) (122.909) (51.908) (122.909)					
Outros						— 1.153 610 1.153 610						20 80.761 82.308 82.516 83.395					
Total do ativo circulante						Total do passivo circulante						Resultado operacional					
1.187.648 1.554.979 1.204.603 1.582.755						363.218 138.090 363.559 141.879						21 142.159 162.625 142.456 163.400					
Ativo não circulante						Passivo não circulante						Resultado financeiro					
Realizável a longo prazo						Debêntures						Receitas financeiras					
Aplicações financeiras						15 408.457 548.421 408.457 548.421						21 (122.284) (83.988) (122.292) (83.999)					
Contas a receber						15 85.417 — 85.417 —						Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social					
Estoque de imóveis a comercializar						— 5.797 5.831 5.797 5.831						25.491 14.233 25.602 14.557					
Tributos a recuperar						16 383.187 457.054 385.056 461.110						Imposto de renda e contribuição social					
Outros						11 — — 34 —						22 72.167 58.409 72.056 58.085					
Investimentos em controladas e coligadas						Total do passivo não circulante						97.658 72.642 97.658 72.642					
11 25.999 51.450 — 71						882.858 1.011.306 884.761 1.015.362						Participação de minoritários					
Outras participações						18.a 616.838 616.838 616.838 616.838						Lucro líquido do exercício					
Outros investimentos						— 230.564 736.162 230.564 736.162						97.658 72.642 97.658 72.642					
Propriedades para investimento						Total do patrimônio líquido						Outros resultados abrangentes					
12 5.328 5.539 5.337 5.549						847.402 1.353.000 847.402 1.353.000						Resultado abrangente total do exercício					
Imobilizado						Participação de minoritários						97.658 72.642 97.658 72.642					
Intangível						Total do patrimônio líquido						Lucro líquido por ação básico e diluído em reais					
13 552 645 552 645						847.402 1.353.000 847.402 1.353.000						18.b 7.97 5.93 7.97 5.93					
Total do ativo não circulante						Total do passivo e patrimônio líquido						As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
905.830 947.417 891.119 927.486						2.093.478 2.502.396 2.095.722 2.510.241						As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Total do ativo						Total do passivo e patrimônio líquido											
2.093.478 2.502.396 2.095.722 2.510.241						2.093.478 2.502.396 2.095.722 2.510.241											

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)								
	Reservas de lucros							
	Capital social	Legal	Estatutária	Retenção ⁽¹⁾	Resultado do exercício	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31/12/2024	616.838	123.368	493.470	119.324	—	1.353.000	—	1.353.000
Lucro do exercício	—	—	—	—	97.658	97.658	—	97.658
Constituição de reserva estatutária	—	—	73.243	—	(73.243)	—	—	—
Reversão de proventos prescritos	—	—	44	—	—	44	—	44
Dividendos	—	—	(273.261)	(119.324)	(24.415)	(417.000)	—	(417.000)
Juros sobre o capital próprio	—	—	(186.300)	—	—	(186.300)	—	(186.300)
Saldos em 31/12/2025	616.838	123.368	107.196	—	—	847.402	—	847.402
Saldos em 31/12/2023	616.838	123.368	493.470	281.480	—	1.515.156	—	1.515.156
Lucro do exercício	—	—	—	—	72.642	72.642	—	72.642
Constituição de reserva estatutária	—	—	47.642	—	(47.642)	—	—	—
Reversão de proventos prescritos	—	—	202	—	—	202	—	202
Dividendos	—	—	(47.844)	(24.156)	—	(72.000)	—	(72.000)
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	(138.000)	(25.000)	(163.000)	—	(163.000)
Saldos em 31/12/2024	616.838	123.368	493.470	119.324	—	1.353.000	—	1.353.000

(1) O saldo desta retenção de lucros não está sujeito aos limites impostos pelo Art. 199 da Lei das Sociedades por Ações.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)											
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais						Caixa gerado pelas / (aplicado nas) operações		123.682	(31.764)	149.670	(3.244)
Resultado antes dos tributos sobre o resultado						Juros e outros encargos pagos		(107.732)	(74.290)	(107.732)	(74.290)
Ajustes para reconciliar o resultado antes dos tributos sobre o resultado:						Imposto de renda e contribuição social pagos		—	—	(1.045)	(922)
Depreciação e amortização						Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		15.950	(106.054)	40.893	(78.456)
Resultado de equivalência patrimonial						Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Outros tributos						Títulos e valores mobiliários		289.845	463.177	289.845	463.177
Resultado de renda fixa						Alienação de investimento	11	5.178	307.452	4.994	307.119
Resultado de renda variável						Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	11	76.352	90.728	51.502	51.798
Bonificação de ações						Outros		(104)	(343)	(531)	(343)
Avaliação de propriedades para Investimento						Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		371.271	861.014	345.810	821.751
Ajuste ao valor justo de outras participações						Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Encargos sobre endividamento						Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	18.d	(583.752)	(371.141)	(583.752)	(371.141)
Outros						Ingresso de empréstimos		50.000	—	50.000	—
Variações nos Ativos e Passivos:						Ingresso de notas comerciais		115.000	—	115.000	—
Tributos a recuperar						Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(418.752)	(371.141)	(418.752)	(371.141)
Contas a receber e outros créditos						Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(31.531)	383.819	(32.049)	372.154
Impostos e taxas a recolher						Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		<u>803.163</u>	<u>419.344</u>	<u>805.135</u>	<u>432.981</u>
Outras obrigações						Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios		771.632	803.163	773.086	805.135
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contexto operacional: A Monte Aranha S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Sala 101/A, parte, ebblon, no município e estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como atividade principal a participação societária em outras sociedades. As atividades operacionais das empresas controladas, controladas em conjunto e outras participações da Companhia estão descritas na **nota explicativa 11**. Em 30/01/2026 a CVM deferiu o cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, passando a Companhia a ser uma companhia fechada a partir do encerramento do pregão desta data (**nota explicativa 2.5**). A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24/03/2026. **2. Políticas contábeis materiais. 2.1 Bases de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31/12/2025 foram preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations)*). As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelas propriedades para investimento, por outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial e pelos ativos e passivos financeiros, que são mensurados a valor justo. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis adotadas, conforme descritas na **nota explicativa 2.3**. **(i) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora incluem a carteira do seu fundo de investimento exclusivo Bergen Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior ("Bergen FIA"), assim como o Stavanger Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior ("Stavanger FIA") e o Trondheim Fundo de Investimento Financeiro em Ações ("Trondheim FIA"), este último com início das operações em abril de 2025 como parte da estratégia de investimentos da Companhia, totos dos fundos exclusivos cujas cotas são detidas integralmente pelo Bergen FIA, e Bryggjen Fundo de Investimento Imobiliário ("Bryggjen Fil") e Narvik Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior ("Narvik FIA"), os fundos exclusivos cujas cotas são detidas integralmente pelo Stavanger FIA, O Bergen FIA e o Trondheim FIA são fundos de investimentos geridos pela Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda., o Narvik FIA é um fundo de investimento gerido pela Safra Asset Management Ltda., o Stavanger FIA é um fundo de investimento gerido pela VGR Gestão de Recursos Ltda. e o Bryggjen Fil é um fundo de investimento gerido pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. Em junho de 2025, o Nordland Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior, fundo exclusivo cujas cotas eram detidas integralmente pelo Bergen FIA, foi adequado as disposições da ICVM 175 tendo sua tipificação alterada para Fundo Financeiro Multimercado - Crédito Privado Responsável Limitada ("Nordland FIM") e alienado no âmbito da oferta pública das cotas do Nordland FIM (**nota explicativa 2.3.8 (b)**). **(ii) Demonstrações financeiras consolidadas:** A Companhia consolida todas as sociedades sobre as quais detém o controle, ou seja, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com o investidor e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As datas das demonstrações financeiras das empresas consolidadas são coincidentes com as datas da Controladora. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **(a) Controladas:** Controladas são todas as sociedades das quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As empresas controladas e suas respectivas participações estão detalhadas na **nota explicativa 11**. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle sobre a sociedade correspondente. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações

do orçamento de capital, no montante de R\$ 281.480, com duração de 5 (cinco) exercícios sociais, na forma do art. 196 da Lei n.º 6.404/1976, tendo este orçamento sido revisado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2025 para o montante de R\$ 119.324, considerando a previsão de investimentos no período de duração remanescente (até 31/12/2028). Considerando os investimentos e aportes em fundos de investimentos já executados pela Companhia bem como o pagamento de serviço das dívidas ao longo do exercício social encerrado em 31/12/2025, todo o saldo de R\$ 119.324 das retenções foi baixado e não houve nova destinação com base no lucro líquido do exercício. Ressalta-se que a totalidade dos investimentos aqui previstos tiveram como fonte lucros retidos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, conforme retenção previamente aprovada nos termos do art. 196 da Lei n.º 6.404/1976, não havendo previsão de retenção adicional de parcela do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2025 para essa finalidade. **Informações complementares - Política de Equidade (Lei n.º 15.177/2025):** Em atenção ao disposto no artigo 133, §6º, da Lei n.º 6.404/1976 (conforme alterada pela Lei n.º 15.177/2025), a Companhia apresenta nesta seção os indicadores e dados quantitativos requeridos pela legislação, contemplando a quantidade e a proporção de mulheres entre nossos profissionais e nos órgãos da administração ao final de 2025 e 2024, bem como informações sobre remuneração segregada por gênero:

	2025			2024		
	Masculino	Feminino	% Mulheres	Masculino	Feminino	% Mulheres
Liderança	1	1	50%	1	1	50%
Não liderança	8	8	50%	10	11	52%
Total de Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária)						
	2025			2024		
	Masculino	Feminino	% Mulheres	Masculino	Feminino	% Mulheres
Conselho de Administração	9	2	18%	9	2	18%
Diretoria Estatutária	—	3	100%	—	3	100%
Remuneração Média						
	2025			2024		
	% Masculino	% Feminino		% Masculino	% Feminino	
Administração	39,30%	60,70%		44,32%	55,68%	
Liderança	59,35%	40,65%		58,48%	41,52%	
Não liderança	47,41%	52,59%		51,55%	48,45%	

as financeiras e estão disponíveis para consulta no seu site, bem como no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br). as são apresentados nas suas próprias demonstrações financeiras e estão disponíveis para consulta no seu site. ultrapar Participações S.A. são apresentados nas suas próprias demonstrações financeiras e estão disponíveis para alizou sua primeira emissão de notas comerciais escriturais, em série única, destinada exclusivamente a investidores				
(Resultado de outra forma)				
Controladora 2025 2024		Consolidado 2025 2024		
2.578	2.151	2.589	2.161	
8.183	459	8.463	775	
1.560	109.935	161.560	109.935	
7.436	14.864	157.436	14.864	
9.300	—	29.300	—	
328	8.714	328	8.714	
296	120	346	3.583	
1.153	610	1.153	610	
1.352	253	1.352	253	
1.032	984	1.032	984	
3.218	138.090	363.559	141.879	
8.457	548.421	408.457	548.421	
5.417	—	85.417	—	
5.797	5.797	5.797	5.831	
3.187	457.034	385.056	461.110	
—	—	34	—	
2.858	1.011.306	884.761	1.015.362	
6.838	616.838	616.838	616.838	
0.564	736.162	230.564	736.162	
7.402	1.353.000	847.402	1.353.000	
—	—	—	—	
7.402	1.353.000	847.402	1.353.000	
3.478	2.502.396	2.095.722	2.510.241	

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	Controladora	Consolidado	
		2025	2024	2025 2024
Receitas operacionais				
Resultado de equivalências				
patrimonial	11	(417)	(814)	(105) (21)
Resultado bruto		(417)	(814)	(105) (21)
Despesas financeiras e administrativas	19	(22.820)	(22.989)	(25.065) (25.309)
Ajuste ao valor justo de outras participações	11	(51.908)	(122.909)	(51.908) (122.909)
Outras receitas, líquidas	20	80.761	82.308	82.516 83.395
Resultado operacional		5.616	(64.404)	5.438 (64.844)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	21	142.159	162.625	142.456 163.400
Despesas financeiras	21	(122.284)	(83.988)	(122.292) (83.999)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		25.491	14.233	25.602 14.557
Imposto de renda e contribuição social	22	72.167	58.409	72.056 58.085
Participação de minoritários		97.658	72.642	97.658 72.642
Lucro líquido do exercício		—	—	— —
Outros resultados abrangentes		—	—	— —
Resultado abrangente total do exercício		97.658	72.642	97.658 72.642
Lucro líquido por ação básico e diluído em reais	18.b	7.97	5.93	7.97 5.93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Descrição ⁽¹⁾	Resultado do exercício	Total	Participação de não controladores	Total
19.324	—	1.353.000	—	1.353.000
—	97.658	97.658	—	97.658
—	(73.243)	—	—	—
—	—	44	—	44
(19.324)	(24.415)	(417.000)	—	(417.000)
—	—	(186.300)	—	(186.300)
—	—	847.402	—	847.402
31.480	—	1.515.156	—	1.515.156
—	72.642	72.642	—	72.642
—	(47.642)	—	—	—
—	—	202	—	202
(24.156)	—	(72.000)	—	(72.000)
(38.000)	(25.000)	(163.000)	—	(163.000)
19.324	—	1.353.000	—	1.353.000

ante das demonstrações financeiras.					
o (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Caixa gerado pelas / (aplicado nas) operações		123.682	(31.764)	149.670	(3.244)
Juros e outros encargos pagos		(107.732)	(74.290)	(107.732)	(74.290)
Imposto de renda e contribuição social pagos		—	—	(1.045)	(922)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		15.950	(106.054)	40.893	(78.456)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Titulos e valores mobiliários		289.845	463.177	289.845	463.177
Alienação de investimento	11	5.178	307.452	4.994	307.119
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	11	76.352	90.728	51.502	51.798
Outros		(104)	(343)	(531)	(343)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		371.271	861.014	345.810	821.751
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	18.d	(583.752)	(371.141)	(583.752)	(371.141)
Ingresso de empréstimos		50.000	—	50.000	—
Ingresso de notas comerciais		115.000	—	115.000	—
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(418.752)	(371.141)	(418.752)	(371.141)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(31.531)	383.819	(32.049)	372.154
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		803.163	419.344	805.135	432.981
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios		771.632	803.163	773.086	805.135
ante das demonstrações financeiras.					

25 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a Controladora e suas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. **(b) Transações com participações de não controladores:** A Companhia trata as operações de aquisição ou venda de participação em uma controlada com não controladores como transações entre a Companhia e seus próprios sócios. A diferença entre o valor negociado e o valor da participação dos não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido atribuível aos sócios da Controladora, e não ao resultado do exercício. **(c) Perda de controle em controladas:** Quando a Companhia deixa de ter o controle, o valor remanescente de sua participação na sociedade é remensurado a valor justo no reconhecimento inicial do ativo, com a transferência de valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes para o resultado do exercício, ou reconhecido como custo no reconhecimento inicial do investimento em coligadas ou controladas em conjunto, dependendo da manutenção de sua influência na investida. **(d) Coligadas e controladas em conjunto:** Coligadas são todas as sociedades sobre as quais a Companhia não detém influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% com direito de voto ou, ainda, se ficar caracterizado que há influência significativa, independentemente do percentual de participação. Controladas em conjunto são todas as sociedades sobre as quais a Companhia possui o controle compartilhado do negócio, contratualmente convencionado, onde as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento das partes que compartilham o controle. Os investimentos em coligadas controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo (**nota explicativa 11**). A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos e nas reservas de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e nas reservas da Companhia respectivamente. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia nessas sociedades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Se a participação societária na coligada ou controlada em conjunto for reduzida, mas for mantida influência significativa ou o controle compartilhado, parte do saldo de outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, na proporção desta redução. Os ganhos e perdas de diluição ocorridos em participações em coligadas ou controladas em conjunto são reconhecidos na variação do percentual de participação na demonstração do resultado (**nota explicativa 20**). **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras, para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e registro de receitas e despesas dos exercícios, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. As demonstrações financeiras incluem estimativas, tais como: provisões fiscais, previdenciárias e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, avaliação de perdas para valor realizável líquido de estoque de imóveis a comercializar, valor justo de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial e de propriedades para investimento, e julgamentos para conclusão acerca da existência de influência significativa de investimentos. Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia, em qualquer exposição a perdas materiais. As estimativas e premissas são revistas anualmente, ou sempre que houver uma indicação para a necessidade de sua revisão, e as revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que elas são revisadas ou em quaisquer exercícios afetados. **2.4 Novos pronunciamentos contábeis:** A Companhia julgou que as revisões das normas e interpretações que passaram a vigorar em 2025, não apresentaram impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **2.5 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025. Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional

Comprometimento com o cuidado às vítimas de acidentes aéreos

Abrapavaa orienta quem já perdeu ente querido em acidente

Com o objetivo de reforçar o comprometimento com o cuidado às vítimas de acidentes e a melhoria contínua dos protocolos, o Congresso Brasileiro sobre Gerenciamento de Crise e Assistência aos Familiares e Vítimas em Eventos Traumáticos, promovido pela Associação Brasileira de Parentes e Amigos de Vítimas de Acidentes Aéreos (Abrapavaa), é o maior do Brasil ao reunir especialistas, autoridades, equipes de emergência, juristas, profissionais da aviação e instituições que atuam na linha de frente das crises.

O evento, realizado entre os dias 18 e 19 de março, reuniu mais de 250 participantes, entre especialistas das mais diversas áreas envolvidas neste tema e familiares de vítimas. Estiveram presentes, o presidente da Embraer, Francisco Gomes Neto, além de CEOs das grandes companhias aéreas, escritórios de advocacia especializados e seguradoras que operam este seguro.

Para Daniel Fraga, CEO da Dancor Corretora, parceira da Abrapavaa, o evento cumpre um papel estratégico. “É fundamental para demonstrar à sociedade o compromisso

de todos os segmentos da aviação com a redução de acidentes e com o atendimento adequado em situações de sinistro”, destacou.

Fraga, ao participar do painel “Mercado Segurador – Enfrentando Cenários Complexos – Reparação”, destacou a importância da proteção financeira do setor. O executivo da Dancor explicou “que esse tema evidencia a necessidade crucial de contratar um seguro de responsabilidade civil complementar para aeronaves, garantindo que eventuais danos a terceiros sejam cobertos pela seguradora — e não pelo pa-

trimônio da empresa ou de seus acionistas”.

Segundo Fraga, o seguro é essencial para a continuidade das operações. A experiência prática da Dancor também evidencia a gravidade do cenário: apenas em 2025, a corretora atendeu 18 sinistros, sendo 12 com vítimas fatais. Apesar disso, a contratação do seguro de responsabilidade civil complementar ainda não alcança metade das aeronaves em operação no país.

Também alertou para os riscos dessa lacuna, pois “sem a contratação do seguro, o chamado ‘luto do sinistro’ pode ser devastador não apenas emocional-

mente, mas também financeiramente. O proprietário pode ser obrigado a arcar com indenizações, muitas vezes comprometendo seu patrimônio ou reservas financeiras”.

O executivo ressalta ainda o papel do corretor de seguros. “Acredito ser fundamental o trabalho do corretor de seguros para difundir os benefícios do seguro, da transferência do risco para uma seguradora, blindando o patrimônio do segurado e de seus acionistas”, finalizou.

O cenário da aviação brasileira tem acendido um sinal de alerta para operadores, autoridades e pro-

fissionais do setor. Dados do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) apontam 152 acidentes aéreos registrados em 2025, com 37 vítimas fatais. Em 2026, até o momento, já são 43 ocorrências — sendo 38 apenas entre janeiro e fevereiro —, mantendo a média preocupante de um acidente a cada dois dias no país.

Diante de um cenário desafiador, a atuação especializada e a ampliação da cultura do seguro se mostram cada vez mais essenciais para garantir a sustentabilidade e a segurança da aviação brasileira.

MAG reforça estratégia no esporte visando ciclo olímpico

O Grupo MAG anunciou o patrocínio às atletas do vôlei de praia Giulia Gávio e Carolina Sallaberry, reforçando sua estratégia de investimento no esporte como plataforma de desenvolvimento humano, construção de marca e impacto social. A iniciativa integra um movimento mais amplo da companhia, que já apoia projetos esportivos, incluindo o Clube de Regatas do Flamengo (modalidades olímpicas) e a Taça das Favelas, além de atletas como Raíssa Machado (lançamento de dardo) e Rafaela Silva (judô).

Com foco no ciclo olímpico, o novo patrocínio reforça o compromisso da

MAG com o incentivo ao esporte feminino, à formação de talentos e à promoção de valores como disciplina, planejamento e visão de longo prazo, pilares comuns ao esporte de alto rendimento e ao negócio da companhia.

“Investir no esporte é investir em pessoas, em histórias de superação e em construção de futuro. Acreditamos no poder transformador do esporte e no alinhamento direto com os valores que sustentam a MAG, como disciplina, consistência e visão de longo prazo”, afirmou o CEO e Chairman do Grupo MAG, Helder Molina.

Para Leonardo Lourenço, vice presidente do Grupo

MAG, a iniciativa reforça a estratégia institucional da companhia. “Estamos ampliando nossa atuação em projetos que geram impacto positivo e fortalecem nossa conexão com a sociedade. O esporte é uma ferramenta poderosa de engajamento e desenvolvimento, e esse movimento está totalmente alinhado à nossa visão de futuro.”

Já a diretora de marketing do Grupo MAG, Simone Cesena, destacou o papel da iniciativa na construção de marca. “Mais do que visibilidade, buscamos relevância. Estar ao lado de atletas em formação e acompanhar suas jornadas nos permite criar conexões

genuínas com o público e reforçar nosso posicionamento com propósito.”

Talentos

A escolha das atletas foi baseada em critérios técnicos, desempenho e potencial de desenvolvimento no alto rendimento. Ambas representam uma nova geração do vôlei brasileiro e traduzem valores como dedicação, foco e resiliência. A dupla já iniciou sua participação no circuito nacional, com resultados importantes no Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia. Na etapa de Navegantes (SC), conquistaram o quarto lugar. Já em João Pessoa, chegaram até as oitavas de final.

Além do circuito nacional, Gávio e Sallaberry também deram um passo importante na carreira ao disputar duas etapas internacionais no Beach Pro Tour Challenge, realizadas em Nayarit e Tlaxcala, no México. Essa foi a primeira participação da dupla em competições internacionais. A experiência em torneios desse nível contribui diretamente para a evolução das atletas, que passam a enfrentar equipes de diferentes países, com estilos variados de jogo, ampliando repertório técnico e competitividade.

Na sequência da temporada, a dupla participa da etapa de Saquarema, no Rio,

dentro do Circuito Brasileiro. As atletas seguem para a cidade, onde iniciam a preparação para os jogos já a partir desta quinta (2).

Bicampeão Olímpico (Barcelona 1992 e Atenas 2004) no vôlei e referência no esporte, Giovane Gávio ressaltou a importância do apoio à base. O ex-atleta da seleção masculina é o idealizador do instituto que leva seu nome (IGG), criado há 26 nos, promovendo a formação de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. A iniciativa desenvolve projetos que vão além da prática esportiva, incluindo acompanhamento educacional e incentivo a valores como disciplina, trabalho em equipe e cidadania.

Exalt ultrapassa 100 corretoras associadas e reforça operação nacional

Após reestruturação interna e expansão iniciada em agosto do ano passado, grupo registra crescimento de quase 50% no número de membros em pouco mais de seis meses

A Exalt acaba de atingir a marca com mais de 100 corretoras cadastradas em sua rede. O resultado consolida o plano de expansão, iniciado em agosto do ano passado, e reforça o posicionamento da empresa como uma das iniciativas mais inovadoras do mercado segurador brasileiro.

O movimento de crescimento foi sustentado por uma ampla reestruturação interna, incluindo o fortalecimento da gestão com a chegada de Alexandre Ferman, que completa um

ano à frente da Exalt, com a ampliação do departamento comercial, a criação de uma área especializada em marketing, da reorganização da área de operações e do aprimoramento da área de colocação de risco. A empresa também revisou processos e ampliou os benefícios oferecidos aos corretores do grupo.

Um dos marcos desse novo ciclo aconteceu durante o Exalt Next, em agosto do ano passado, quando a companhia lançou o Ciclo Exalt, uma plataforma de aceleração estruturada composta por 12 benefícios estratégicos voltados ao desenvolvimento dos corretores. As iniciativas foram desenhadas para apoiar diferentes perfis de atuação, desde profissionais com fo-

co em varejo até corretoras com perfil corporativo, oferecendo ferramentas práticas para ganho de escala, eficiência e competitividade.

“Atingir o marco com mais de 100 corretoras cadastradas é um marco histórico para a Exalt e confirma que nossa expansão está acontecendo de forma sólida e estruturada. Desde agosto do ano passado, com o lançamento do Ciclo Exalt, estamos construindo um modelo de aceleração que prepara o corretor para o presente e para o futuro do mercado. Esse crescimento é resultado de organização, inovação, novos benefícios e da confiança de parceiros relevantes em várias regiões do Brasil.”, declarou Alexandre Feder-

man, CEO da Exalt

A Exalt iniciou um processo de expansão além de São Paulo,, ampliando sua presença em diferentes regiões do país. Nesse período, o grupo passou a contar com corretoras de praças como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Nordeste, fortalecendo sua capilaridade e sua relevância nacional.

Em pouco mais de seis meses, foram incorporadas 30 novas corretoras, o que representa um crescimento de quase 50% na base de membros. Além do avanço numérico, as novas integrantes chegaram com produção expressiva, agregando ainda mais força comercial e estratégica ao grupo.

Outro destaque desse processo foi o evento realizado em janeiro, quando a Exalt apresentou novas entregas, benefícios e iniciativas voltadas ao desenvolvimento dos parceiros. As ações reforçam o compromisso da companhia com uma expansão consistente, pensada para diferentes tamanhos de operação e alinhada às transformações do setor.

A empresa destaca como parte essencial dessa trajetória o relacionamento com as seguradoras parceiras, reconhecendo a relevância dessas empresas para o fortalecimento do ecossistema e para os resultados alcançados. A companhia valoriza especialmente as parcerias construídas ao longo desse processo, que têm gerado

impacto positivo e contribuído diretamente para a evolução do grupo.

Mais do que crescer em número, a Exalt defende um modelo de aceleração estruturada, baseado em organização, tecnologia, processos e visão de futuro. Em um mercado em constante transformação, a proposta da empresa é preparar as corretoras para acompanhar as mudanças, ganhar eficiência e se posicionar de forma competitiva diante dos novos desafios do setor.

Para a Exalt, a conquista alcançada com mais de 100 corretoras cadastradas representa não um ponto de chegada, mas o início de uma nova etapa de crescimento sustentável, nacional e cuidadosamente planejado.